



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

DAIANE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA

**INFLUÊNCIAS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DA
CONDUTA MORAL DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

CAJAZEIRAS – PB

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

DAIANE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA

**INFLUÊNCIAS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DA
CONDUTA MORAL DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de formação de Professores de Cajazeiras - PB, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em pedagogia.

Orientador: Prf. Dr. Valter Ferreira Rodrigues (UFCG).

CAJAZEIRAS – PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço- Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

O482i Oliveira, Daiane Vieira da Silva
Influências das práticas pedagógicas na construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental. / Daiane Vieira da Silva Oliveira. Cajazeiras, 2015.
89f. il.
Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1.Prática pedagógica. 2. Ensino fundamental- Escola Pública- Cajazeiras-PB. 3. Conduta moral- construção infantil. 4. Pedagogia . 5. Construção Moral Infantil. I. Rodrigues, Valter Ferreira.
II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37.02

**INFLUÊNCIAS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CONTRUÇÃO CONDUTA
MORAL DA CRIANÇA, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

DAIANE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado a obtenção do título de Licenciada em pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras - PB.
Orientador: Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues.

Aprovada em ____ / ____ /2015

BANCA EXAMINADORA:

Professor Orientador Dr. Valter Ferreira Rodrigues (UACS)

Professora Mestre. Belijane Marques Feitosa (UAE)

Professor Dr. Tiago Paz Albuquerque (UAE)

Suplente Professora Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares (UAE)

CAJAZEIRAS – PB

2015

Ao meu Sr. Jesus Cristo, por me capacitar a realizar este trabalho.
Aos professores, Dr. Valter Ferreira Rodrigues e a M^a. Maria Nozângela Rolim Dantas, que se dedicaram a orientação deste trabalho.
Ao meu querido e amado esposo por dedicar total apoio e contribuir de forma significativa com a minha formação.
Aos meus pais e minha querida irmã por serem as riquezas de minha vida.
Aos amigos e amizades construídas ao longo desta caminhada.
Aos irmãos em Cristo Jesus, que sempre intercederam por mim em orações a favor da minha formação. **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

“De todo coração, Senhor meu Deus, presto homenagens por suas maravilhas! Direi bem alto e de bom som! Estou feliz e agradeço ao Senhor”. (Salmos. 9:1e2)

Considero a elaboração desta monografia uma produção coletiva, embora a maior parte do trabalho, em se tratando do estudo da temática abordada e a construção da redação, seja de responsabilidade predominante do aluno e de seu orientador. Neste sentido, como uma forma de dizer “muito obrigada”, é de forma gratificante e singela que divido a autoria deste trabalho com pessoas que citarei a seguir.

A Deus por sua grande demonstração de amor por mim, em que me permitiu chegar até aqui, dando-me a capacitação necessária para a construção deste trabalho.

A esta Universidade, a todo o corpo docente, direção e administração por oportunizarem esta trajetória de longa caminhada em direção a grande conquista que é a minha formação.

Ao professor orientador Dr. Valter Ferreira Rodrigues que se dispôs com grande dedicação e satisfação a orientar-me, como também, a construir ao meu lado este trabalho.

A professora Maria Nozângela Rolim Dantas, por me orientar e trilhar junto a mim no primeiro “engatinhar” desta monografia, como também, por indicar e fazer a “ponte”, ou seja, o elo entre eu e o orientador definitivo Dr. Valter Ferreira Rodrigues.

A todos os professores do curso de pedagogia, por me proporcionarem conhecimentos que foram essenciais na elaboração deste trabalho, como também, por contribuírem grandemente para que eu tivesse a formação intelectual necessária através de todos os conhecimentos transmitidos e mediações realizadas com o objetivo de alcançar o sucesso e chegar até aqui.

A toda a turma do curso de pedagogia por fazer parte deste trilhar da minha vida e da caminhada rumo ao mesmo objetivo que é a formação.

A todos os participantes da pesquisa e em especial aos professores e alunos que deram real sentido a realização deste trabalho.

O progresso moral se determina, em segundo lugar, pela elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais e, por conseguinte, pelo crescimento da responsabilidade destes indivíduos ou grupos no seu comportamento moral.

Adolfo Sánchez Vázquez.

RESUMO

O presente trabalho reflete acerca das Influências das práticas pedagógicas na construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mais precisamente no 4º e 5º ano de uma escola de rede pública, municipal, localizada em Cajazeiras - PB. Teve como objetivo geral investigar como as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental contribuem para a construção da conduta moral da criança. Os objetivos específicos foram os de observar como acontece a construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores na escola pesquisada os aspectos relacionados à conduta moral; verificar como os professores dos anos iniciais do ensino fundamental compreendem a construção da conduta moral e identificar em que fase do desenvolvimento moral as crianças se encontravam. Para a coleta de dados foi utilizados como instrumentos metodológicos a observação da prática docente e comportamentos dos discentes em sala de aula, aplicação de questionários para professores e alunos. A coleta de dados foi concluída com a aplicação de um jogo interativo com os alunos. Participaram da pesquisa 2 professores e 6 alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental. O trabalho constatou que as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental apresentam influências relevantes que contribuem para a mudança da conduta moral dos alunos.

Palavras- chave: Práticas Pedagógicas. Conduta Moral. Séries Iniciais. Escola.

ABSTRACT

This present work reflects about the influences of teaching practices in the moral behavior of Children in the early primary grades, especially on the 4th and 5th year from a public school located at city of Cajazeiras/PB. The main goal of this work was to investigate how the educational activities contribute with the moral conduct of Children. The specific objectives were to observe the construction of the moral conduct of the children in the early primary grades; to identify some moral aspects in the educational activities which are made by the teachers; to verify how the teachers from elementary education understand the construction of moral conduct and to identify what stage of moral development the children were. For the data collection were used a close observation in the classroom and questionnaires with teachers and children. The data collect was completed with a game with the children. This present work indicates the pedagogical practices in the classroom in the early primary grades influence the moral behavior of children.

Key words: Pedagogical Practices. Moral Behavior. Begging grades. School.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 COMPREENDENDO O QUE É MORAL | 16 |
| 2.1 A Ética e a moral | 16 |
| 2.2 Moral e história | 18 |
| 2.3 A essência da moral | 25 |
| 2.4 A moral e outras formas de comportamento humano | 27 |
| 2.5 Responsabilidade moral, determinismo e liberdade | 29 |
| 3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONDUTA MORAL | 32 |
| 3.1 Os valores | 32 |
| 3.2 A avaliação moral | 34 |
| 3.3 A obrigatoriedade moral | 35 |
| 3.4 A realização da moral | 38 |
| 3.5 Forma de justificação dos juízos morais | 40 |
| 4 OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE QUE É CONDUTA MORAL OU MORAL | 44 |
| 5 A CONSTRUÇÃO DA CONDUTA MORAL DA CRIANÇA | 48 |
| 6 O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONDUTA MORAL DA CRIANÇA | 56 |
| 7 METODOLOGIA | 61 |
| 7.1 Os instrumentos da Pesquisa e roteiro de aplicação: | 62 |
| 7.3 Participantes | 66 |
| 7.4 A análise dos dados | 67 |
| 8 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS | 68 |
| 9 CONCLUSÃO | 79 |
| REFERÊNCIAS | 83 |
| APÊNDICES | 85 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objeto de estudo a construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Seu objetivo geral foi investigar como as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental contribuem para a construção da conduta moral da criança. E objetivos específicos: observar como acontece a construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelo professor na escola os aspectos relacionados à conduta moral; verificar como o professor dos anos iniciais do ensino fundamental, compreende a construção da conduta moral e identificar em que fase do desenvolvimento moral a criança se encontra.

A construção da conduta moral da criança é um processo de grande relevância para a formação do sujeito, no sentido humanístico¹ de uma educação. No entanto, ao entender que a questão da conduta moral da criança é um processo de construção social, no qual a moral se constrói a partir do convívio e das relações que o sujeito estabelece com o outro em sociedade, faz-se necessário uma reflexão sobre a importância do papel da escola frente a este processo, visto que a escola faz parte da vida da criança assim como a família, e demais grupos sociais dos quais ela participa.

A partir dos PCNS a escola torna-se incumbida de educar e formar o sujeito cidadão para exercer seus direitos e deveres políticos, civis e sociais. Isto é, a escola busca formar o sujeito capaz de um comportamento moral ético, que repercute na formação moral do sujeito. Embora os PCNS não abordem de forma distinta e separada a moral da ética, trazem a ética como moral, é importante considerar que ambos os conceitos são distintos.

Segundo os PCNS (1997, p.102), a inserção da ética como tema transversal ao ensino, mostra que a escola deve buscar desenvolver seu papel educativo, baseada em princípios morais como: a solidariedade, a justiça, o diálogo, o respeito

¹ Segundo Sandeski (2006, p.2) a educação não é um ato neutro, portanto está carregada de valores próprios da cultura de cada sociedade. “Na atual sociedade flexível, instantânea, carece de uma educação humanística, numa dimensão ética na contemporaneidade, e construída sobre valores e ideais que ultrapassam o conhecimento que está situado nas esferas do saber, do pensar e do julgar. Uma educação que acontece na relação de tornar-se humano”, o autor ainda aborda que “é inevitável uma formação humanística para o resgate do homem, com conceitos universais de dignidade e justiça presente em todos, com um mínimo de respeito as diversidades que fazem parte da teia social” (SANDESKI, 2006, p.5).

mútuo e etc. Sendo assim, o próprio (PCN) Parâmetro Curricular Nacional, é a ferramenta base para desenvolver este trabalho na escola, visto que se ressalta a importância do desenvolvimento moral da criança e ao mesmo tempo orienta como desenvolver este trabalho, ou seja, o como “fazer”.

O tema abordado neste trabalho surgiu a partir de diversas situações vivenciadas durante o período de estágio em uma creche municipal localizada na cidade de Sousa/PB. Foi a observação do comportamento moral espontâneo das crianças dentro da creche que chamou a atenção para este tema. Desta forma, logo se questionou sobre como o agir pedagógico, ou seja, como o docente atua ou contribui, através de sua prática para a formação da conduta moral da criança na educação infantil ou no ensino fundamental?

Nesta perspectiva de que a criança constrói socialmente a conduta moral e que a escola é o espaço pelo qual a mesma se insere logo em seus primeiros anos de vida, é que o trabalho educativo voltado para a construção da conduta moral da criança nas fases iniciais da infância apresenta grandes contribuições, em primeiro lugar para o ser humano enquanto pessoa e, conseqüentemente, para a sociedade, visto que esta criança será o adulto do futuro. Como conseqüência disso, almeja-se que o sujeito será capaz de respeitar a diversidade cultural e étnica e exercer o exercício da cidadania plena.

Na escola o processo de construção da conduta moral da criança se dá a partir da prática pedagógica voltada para este fim, e, no entanto esta prática seria a abordagem dos aspectos morais através dos conteúdos ou abordagens específicas, e não apenas isto, mas também através de um ambiente no qual seja proporcionado às crianças uma interação social em que situações e experiências de respeito mútuo, cooperação, solidariedade, cidadania, sejam vivenciadas pelas crianças.

Desta forma, é de fundamental importância compreender como se dá o processo de formação da conduta moral da criança, ou seja, de que forma este aspecto se desenvolve na criança, ou se concretiza. Porém, verificou-se, durante o estágio que o tema não é trabalhado ou desenvolvido na creche com base nas orientações dos PCNs, visto que os mesmos são designados a orientar a prática educativa e ressaltam a importância do desenvolvimento moral dos educandos e que a escola deve buscar aplicá-los.

Observou-se ainda, que não há o reconhecimento da importância da construção da conduta moral da criança para o desenvolvimento humano, em

especial na educação infantil, sendo estes grandes motivos de instigações para este estudo.

A partir da observação da Creche no período de estágio, verificou-se também, que na educação infantil existe um trabalho realizado na perspectiva da construção da conduta moral das crianças ainda que o mesmo aja de modo inconsciente. Embora muitos professores não tenham consciência desse aspecto tão importante para o desenvolvimento e formação da personalidade dos alunos, este está sendo trabalhado, ou seja, mesmo inconscientemente, isto é, sem intenção ou objetivo algum, sendo desta maneira, desenvolvido em sala aula.

Observou-se também, que por haver um despreparo dos profissionais que atuam na educação infantil, de modo geral, ou seja, também em outros níveis de ensino, na educação como um todo, acaba comprometendo a boa educação das crianças, bem como a formação moral das mesmas, por não saberem como educar moralmente e também cientificamente, fato este que não colabora para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e moral das crianças, justamente pela falta de conhecimento sobre os aspectos que devem ser trabalhados não só na educação infantil, mas, em todas as fases da vida escolar.

Na maioria das vezes, a maioria dos que ocupam o espaço educativo para desenvolver este trabalho, são pessoas leigas com relação à área da educação, que são indicadas por políticos, para ocupar um lugar de suma importância educativa na vida das crianças. Logo, sem um profissional devidamente preparado a educação infantil se torna um “cabide de emprego” e o espaço educativo um “depósito” de crianças, que não têm uma orientação adequada em suas atividades escolares, como foi observado na creche durante o estágio.²

Para desenvolver um trabalho voltado para a formação moral da criança na sala de aula, se faz necessário, primeiramente, refletir e conhecer o tema em questão, partindo das seguintes questões: o que é a conduta moral? Que importância esta tem para formação da pessoa humana? Quais as contribuições

² Este estágio possibilitou constatar que a maior parte dos profissionais da educação não possui formação e estão totalmente despreparados para exercer suas funções. O estágio consistiu, pois, em um período de observação e prática docente, em uma creche pública localizada no município de Sousa PB. Durante este período, foi observada a forma como as crianças se comportavam – o que nos chamou bastante atenção – devido o exercício de maus comportamentos como: agressividade com os colegas, desrespeito aos professores, exercício de palavrões, desobediência. Situações difíceis a ponto de não ter controle sobre eles. Foi a partir dessa experiência que suscitou diversos questionamentos sobre o comportamento das crianças e que surgiu a motivação para desenvolver este trabalho de conclusão de curso e estudo sobre essa temática.

desta para a sociedade? Qual o real papel da educação infantil frente ao processo de construção moral da criança?

A partir destas questões levantadas abre-se um leque de conceitos – tais como: o que é moral? O que são os valores? O que é autonomia, o que é liberdade? E etc. -- a serem investigados, analisados e organizados para melhor compreensão do papel da construção da conduta moral da criança na educação infantil, com a preocupação de separar a conduta moral de moralismo.

A necessidade de se investigar sobre a conduta moral na escola ocorreu primeiramente ao observar a forma como as crianças se relacionavam entre si e com os professores. A falta de disciplina das crianças, a desobediência, o comportamento agressivo, e principalmente a falta de respeito para com as autoridades constituídas (professor, diretor) e entre os próprios estudantes, de forma que, se comportavam de maneira não solidária e desrespeitosa.

Apesar das crianças serem de uma faixa etária de idade em que os aspectos morais ainda não estavam completamente desenvolvidos nelas, bem como não foram aceitos e assimilados por elas ainda, a maneira como se comportavam demonstrava uma deficiência muito grande relacionada à conduta moral das mesmas. Isso significa que tanto em casa quanto na escola não recebiam uma educação moral. A partir desses indícios passou-se a refletir sobre como se constitui a conduta moral das crianças no seio familiar e na escola.

Diante desses comportamentos observados surge uma das questões principais sobre esse tema: O que é moral?

Portanto, se tem muito a pensar e a refletir sobre o que seja moral, buscando suas definições em autores que trabalham com os temas moral, educação, como Vázquez, Lima, Piaget, Kohlberg, Helen Bee, Meneses, entre outros.

Os estudos realizados acerca da construção da conduta moral da criança apresentam relevantes contribuições principalmente por se tratar de um tema pouco estudado e pesquisado pelos profissionais da educação. Fato este, que torna perceptível a desvalorização da importância deste tema no espaço educacional.

Esse trabalho parte de uma visão da importância de se trabalhar dentro da escola a construção moral da criança. Neste sentido, este trabalho propõe refletir sobre a prática educativa, e aponta para a necessidade da ampliação da visão ultrapassada de muitos profissionais da educação em não reconhecer tal relevância

acerca do desenvolvimento e construção moral da criança na escola, em que este espaço não só é um espaço científico, mas também educativo.

2 COMPREENDENDO O QUE É MORAL

2.1 A Ética e a moral

Neste trabalho, a fundamentação teórica aborda diversos aspectos relacionados à construção da conduta moral da criança. No entanto, para se refletir acerca do tema em questão buscou-se subsídios pertinentes a compreensão da moral na obra intitulada *Ética*, cujo autor filósofo, Adolfo Sanches Vázquez direciona seus estudos para as indagações acerca da ética e da moral. A obra aborda a moral como forma específica de comportamento humano, nas quais os fatores fundamentais que rodeiam a questão da moral e da ética estão presentes, como os conceitos dos seguintes aspectos: ética, moral, o que são os valores, os juízos morais e etc. Para a melhor compreensão deste tema, neste trabalho serão abordados além destes aspectos acima citados, outros conceitos que são relevantes e concernentes a moral e a ética.

No primeiro capítulo da obra *ÉTICA* (1999), intitulado de “Objeto da ética”, o autor Adolfo Sanches Vázquez, inicia falando sobre os problemas morais e os problemas éticos. São problemas em que os indivíduos enfrentam em sua convivência uns com os outros, problemas de tomadas de decisões e ação sobre esta decisão, em que estas ações, implicam numa reflexão sobre as conseqüências quando agir de tal forma.

Entretanto, quando se tem uma ação já realizada e a reflexão acontece posteriormente à efetivação ou concretização da ação, é que se designa um problema ético. No entanto, quando o indivíduo passa a refletir sobre sua ação, no sentido de mostrar um comportamento consideravelmente correto, o sujeito então passa a julgar seu próprio comportamento como sendo certo ou errado, para depois efetuar a ação, é que se designa um problema moral.

O ato de agir a partir de uma decisão e reflexão de como agir de uma forma que os outros julguem o comportamento ou a ação como sendo corretos, em que a ação esta fundamentada nas regras ou normas pelas quais é considerada correta pelos indivíduos em sociedade, este é denominado por Vázquez de “comportamento humano prático moral”, isto quando a ação foi efetuada. Porém o ato de refletir sobre

a ação uma vez efetuada é denominada de ética. Esta é entendida como teoria da moral, ou seja, a moral refletida. Como bem afirma Vázquez (1999, p. 17):

Os homens não só agem moralmente (isto é, enfrentam determinados problemas na suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou outra maneira estas decisões e estes atos), mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto de sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim a passagem do pleno da prática moral para o da teoria moral; ou em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa.

A ética se distingue da moral, porém, não estão separadas, elas se relacionam como a teoria e o objeto de estudo, em que o objeto de estudo da ética é a moral, ou seja, a ética é a teoria da moral e a moral o objeto. A moral é o comportamento prático, a atitude, a ação, a prática efetuada, que se fundamenta em normas ou regras que são consideradas corretas, como bem afirma Vázquez (1999, p. 16):

Os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que se julgam mais apropriadas ou mais dignas de ser cumpridas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que tem o dever de agir desta ou daquela maneira.

Portanto, a ética é a reflexão sobre a ação, visto que “a função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer, ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes” (VÁZQUEZ, 1999, p.20). Neste sentido, a ética é entendida como sendo a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.

Desta forma, Vázquez esclarece que o caráter científico da ética corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais, neste sentido, a mesma se ocupa de um objeto próprio que é um setor da realidade humana chamado de moral, em que este é constituído por fatos e atos humanos. Como bem afirma Vázquez “a ética tende a estudar um tipo de fenômeno que se verifica realmente na vida do homem como ser social e constituem o que chamamos de mundo moral [...]” (1999, p. 27).

Concluindo, a ética é a ciência que estuda o comportamento moral dos homens em sociedade. É a reflexão da ação, em que se busca refletir sobre as ações, atitudes decisões e comportamentos dos homens em seu convívio social. Em

que o objeto de estudo é o mundo moral, o ato, o comportamento prático moral, as atitudes, as ações, no convívio dos homens uns com os outros.

2.2 Moral e história

Vázquez busca esclarecer sobre o aspecto histórico da moral a partir da definição de moral, que se entende por ser um conjunto de normas ou regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa determinada comunidade social. Neste sentido, a moral se caracteriza pelo comportamento dos indivíduos, ou seja, a forma pelas quais os mesmos se comportam de determinada maneira, ou o modo de se comportar, e agir. Esta forma de se comportar e agir, está fundamentada em regras ou normas, uma vez que, estas regras e normas são entendidas e compreendidas como forma correta de agir.

Considerando que homem é um ser histórico, social, e que constrói e transforma o espaço em que vive o comportamento moral ou a moral, também é um fato histórico e susceptível às mudanças. Como bem afirma Vázquez (1999, p. 37):

Portanto, a moral é um fato histórico e, por conseguinte, a ética, como ciência da moral, não pode concebê-la como dada de uma vez para sempre, mas tem de considerá-la como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo. Mas a moral é histórica precisamente porque é um modo de comportar-se de um ser- homem- que por natureza é histórico, isto é, um ser cuja característica é a de estar se fazendo ou se autoproduzindo constantemente tanto de sua existência material, prática, como no de sua vida espiritual, incluindo nesta a moral.

Desta forma, pela constituição do homem como ser social, constituído de história, que está constantemente em processo de transformação ou formação, mudando suas práticas, repensando e refletindo suas ideias, se autoproduzindo, como também, pela sociedade ser constituída, por este ser homem, é que a moral também sempre está se modificando. Conforme, as mudanças ocorridas na sociedade e nos indivíduos a moral também se constitui, transforma e se modifica. É por esta razão, que a moral possui um caráter histórico, porque diante das mudanças socialmente ocorridas a moral também se torna mutável com o tempo e com os processos históricos.

Porém, partindo do ponto de vista da origem moral Vázquez (1999), aponta que existem para além da história da moral, em que o homem não só é apenas um

ser histórico, concreto, e real, mas, que possui outra dimensão que é a espiritual, é que a origem da moral, também, se situa fora da história em se tratando dos aspectos sociais e concretos reais. É a partir deste fato de que o homem possui outras dimensões, que este a-historicismo moral segue três direções fundamentais, em que estas são as diversas fontes nas quais a moral é concebida que são: Deus como fonte da moral, a natureza, e o próprio homem. Segundo Vázquez (1999, p.38), são elas:

Deus como origem ou fonte da moral. No caso, as normas morais derivam de um poder sobre-humano, cujos mandamentos constituem os princípios e as normas morais fundamentais. Logo, as raízes da moral não estariam no próprio homem, mas fora e acima dele. A natureza como origem ou fonte moral. A conduta moral do homem não seria se um aspecto da conduta natural, biológica. As qualidades morais- ajuda mútua, disciplina, solidariedade, etc.- teriam a sua origem nos instintos e, por isso, poderiam ser encontradas não só naquilo que o homem é como ser natural biológico, mas inclusive nos animais. (...) O homem (ou homem em geral) como origem e fonte da moral. O homem do qual se fala aqui é um ser dotado de uma essência eterna e imutável inerente a todos os indivíduos, sejam quais forem às vicissitudes históricas ou a situação social. A moral constituiria um aspecto desta maneira de ser, que permanece e dura através das mudanças históricas e sociais.

É exatamente pelo fato de que o homem é um ser social, ou seja, que historicamente e naturalmente precisa viver em coletividade, em grupos, em comunidade, que surge a moral. Sendo assim uma moral histórica, é também produto da história. Como bem afirma Vázquez (1999, p. 39) “A moral só pode surgir – e surge - quando o homem supera sua natureza puramente natural, instintiva, e possui já uma natureza social: isto é, quando já é membro de uma coletividade”, ou seja, convive em família, grupo, sociedade. Portanto, entende-se que a moral se origina quando surge a sociedade.

A moral, sendo esta histórica, segundo Vázquez (1999), surge para a regulamentação do comportamento dos indivíduos em convívio uns com os outros. Neste sentido, a moral só existe pelo fato de que o homem é um ser social, e que necessariamente está em relação com o outro. Para que esta relação dentro da comunidade, da sociedade, dos grupos e etc. se mantenham harmoniosa, faz-se necessário, a existência da moral. Esta se origina com o objetivo de manter esta harmonia, através das normas e regras de convívio. Desta maneira, os indivíduos devem buscar se comportar de acordo com determinadas regras e normas, que os governam.

É neste ponto que podemos suscitar uma pequena questão: onde fica a autonomia do sujeito e em que ela consiste?

Para falar em autonomia do sujeito necessariamente teríamos que nos remeter a falar em liberdade primeiramente. Portanto o que seria liberdade?

Segundo Morra (2001, p. 75) a liberdade implica em primeiro lugar em liberdade ausente de pressões, mas também em escolhas e decisões, em que o autor afirma que “é somente a possibilidade de escolha que preenche de conteúdo aquela liberdade como ausência de pressões, que seria por si só puramente vazia e estéril. Não basta poder ser livre, é preciso também realizar esta possibilidade mediante a livre decisão”. Portanto cabe refletir: o sujeito não é livre e possui liberdade não apenas por não ser preso, mas porque existe em sua própria natureza a capacidade de decidir e isto seria o “Eu”.

No entanto vale ressaltar que na liberdade está presente o determinismo e o indeterminismo. O indeterminismo, segundo Morra (2001), consiste exatamente no sujeito possuir total liberdade de escolha, já o determinismo seria aquela em que o sujeito não possui a liberdade de escolha, em que a ação é determinada pelas regras e pela ordem.

Desta maneira, partindo do pressuposto do determinismo pode se pensar: então não há liberdade? É, portanto, nestes dois casos em que a liberdade faz total sentido. Podemos pensar da seguinte forma: para quê ter liberdade e por que ser livre? Segundo Morra (2001 p. 76) a liberdade preside em uma razão ou motivo pelo qual nos leva a agir de tal maneira em que “para escolher é preciso um motivo, uma razão que faça com que a escolha se realize”. Portanto do que nos valeria sermos livres sem motivação? No entanto “a liberdade não é liberdade sem uma razão” (MORRA, 2001, p.76).

Faz-se necessário então a aceitação da verdade do indeterminismo e do determinismo enquanto que uma preside a livre decisão da pessoa a outra preside a motivação da escolha. Segundo Morra (2001), este condicionamento do homem no qual o determinismo o classifica “é típico do homem finito, não absoluta determinação”. “O homem age numa situação preestabelecida: porém tem a capacidade de aceitá-la ou recusá-la, assumi-la ou modificá-la. Tal capacidade é, portanto sua liberdade: que é o empenho, desenvolvido a luz o valor, de realizar a própria pessoa em harmonia” (MORRA, 2001, p.78).

Não existe liberdade sem razão, e sem motivação não faria sentido algum ser livre. Portanto a liberdade, “em certo sentido é necessitada; mas sua necessidade é interna, não externa; em outro sentido, é livre; mas sua liberdade é motivada e racional” (MORRA, 2001, p.79).

Já que a liberdade implica em escolha, decisão, motivação para agir de uma maneira ou de outra, esta, está totalmente ligada à autonomia, em que a mesma é o exercício desta liberdade, é a liberdade posta em prática, concretizada. Segundo (MORRA, 2001, p. 82), “o homem tem, por meio de sua razão, a capacidade de se destacar do mundo que o circunda, de contemplá-lo e modificá-lo: nisto reside a sua independência da natureza, sua autonomia”.

É, pois a autonomia a ação da liberdade. Digamos então que seria possível ser livre e não autônomo? Autônomo mas não livre? A primeira sim, pois depende da escolha, posso escolher agir ou não. Já a segunda não, pois segundo Morra (2001), quando ele compara a autonomia ao sentido da vida ou do viver, e traz a história de um senhor que por muito sofre desejou morrer, a autonomia aparece quando o enfermo está diante da dor. No entanto a anulação da dor seria a morte e morrer seria deixar de ser autônomo. Como bem afirma (MORRA, 2001, p.83):

O raciocínio é o seguinte: quando existimos, a morte não existe, quando há a morte, nós não existimos. A própria dor, por outro lado, não deve causar preocupação, e também diante disso o filósofo é autônomo. A dor ou é leve ou é intensa, se não é intensa, pode ser facilmente suportada e nos habituamos a isso, se é forte não pode durar longamente: ou ela passa, ou passamos nós. Em todo caso o filósofo é feliz em sua autonomia.

É diante desta situação que se pode observar que enquanto houve vida, houve autonomia, pois houve também busca pela vida, ação, luta, o agir foi constante pela própria sobrevivência, e superação da dor até. Quando houvesse morte e não vida, não haveria também autonomia e tampouco liberdade. É neste sentido que viver é ser autônomo, entretanto seria impossível ser autônomo sem ser livre.

Voltando a história da moral, o homem, a partir do manuseio de instrumentos para satisfazer suas necessidades, construiu objetos para seu uso, como também para seu trabalho, estabelecendo então uma relação com a natureza. Este trabalho, ganha um caráter coletivo, pois diante das fragilidades humanas, o homem

necessitou aliar-se aos outros para o próprio enfrentamento da natureza, passando a realizar o trabalho em coletividade.

Com isso, passou-se a existir uma necessidade fundamental de sobrevivência, a partir do fortalecimento do coletivo para o enfrentamento do próprio trabalho, que não poderia ser realizado individualmente, e o enfrentamento da natureza, para garantir sua sobrevivência mediante as ameaças do ambiente.

Porém, a partir da convivência em coletividade, dos atos de maldade, cometidos pelos sujeitos, surge à necessidade do estabelecimento de regras e normas, que assegurassem o bom comportamento entre os indivíduos. São normas e regras que visavam o benefício da comunidade e não dos indivíduos em sua particularidade. Desta forma, Vázquez (1999, p.40), afirma que, “assim nasce a moral com a finalidade de assegurar a concordância do comportamento de cada um com os interesses coletivos”.

A partir da necessidade que os indivíduos têm em conviver coletivamente, os comportamentos dos membros, necessariamente, também, precisam ser ajustados, regulamentados, para garantir a união e fortalecimento da comunidade. Com isso, os sujeitos passam a valorizar e vê como bom tudo que é para o bem comum, para o crescimento e união de todos. Enquanto que, tudo que é perigoso e que causa contenda, ou seja, conflito e desunião são vistos como mal.

Com o surgimento dos deveres, em que cada componente do grupo seriam obrigados a trabalhar e lutar pelo bem comum dos demais, então, surge também, o desenvolvimento das qualidades morais, que são elas: a solidariedade, ajuda mútua, disciplina, amor aos filhos e etc. Sendo assim, a sociedade define estes aspectos como qualidades morais.

Com as mudanças ocorrentes na história dos indivíduos em particular, sejam elas: culturalmente, materialmente, espiritualmente, ou mudança de conceitos, há, portanto, um progresso humano e conseqüentemente um progresso moral. Uma vez que há mudanças de concepções e práticas no indivíduo estes aspectos se refletem na sociedade, logo, segundo Vázquez (1999, p.53), a moral também apresenta determinado progresso, em que “os princípios e as normas morais, a concepção daquilo que é bom e aquilo que é mau, bem como do obrigatório e do não obrigatório”, sendo estas também mutáveis, ou seja, suscetíveis a mudanças conforme as mudanças ocorridas na sociedade.

No entanto, Vázquez (1999, p. 53) afirma que “o progresso moral se mede, em primeiro lugar, pela ampliação da esfera moral na vida social. Esta ampliação se revela ao serem reguladas moralmente as relações entre os indivíduos, [...]”. E em segundo lugar, “pela elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais e, por conseguinte, pelo crescimento da responsabilidade destes indivíduos ou grupos no seu comportamento moral”.

Desta forma, as características ou princípios outrora defendidos por uma sociedade anterior a outra, se tornaram ultrapassadas, servindo de bases para os avanços dos princípios morais da outra. Sendo assim, existe, portanto, um progresso moral na sociedade, em que a moral de uma se torna mais avançada, elevada ou superior a outra, sendo este aspecto chamado de progresso moral, totalmente dependente do progresso histórico-social dos indivíduos e da sociedade.

O progresso moral é decorrente do progresso humano, assim como também da sociedade, que é resultante da atividade produtiva dos homens, não só social e material, mas também espiritual, como bem afirma Vázquez (1999, p. 55):

O homem não produz apenas materialmente, mas também espiritualmente. Ciência, arte, direito, educação, etc., são também produtos ou criações do homem. Na cultura espiritual como na cultura material, afirma-se como ser produtor, criador, inovador.

Porém, todo este progresso histórico da sociedade e da moral, “em suma, [...], é fruto da atividade coletiva dos homens como seres conscientes, mas não de uma atividade comum consciente” (VÁZQUEZ, 1999, p. 56). Sendo assim, nem todos os indivíduos têm consciência de trabalharem com o mesmo propósito, na busca em alcançar os mesmos objetivos de um progresso moral. No entanto, este objetivo não é comum a todos os indivíduos, mas daqueles que buscam alcançar o progresso moral.

Segundo Vázquez (1999, p.56), há características que são necessárias serem consideradas, com relação ao progresso histórico, nas quais também se referem ao progresso moral, ou seja, são características fundamentais para que a sociedade passe do avanço social para o avanço moral, que são elas:

- a) O progresso histórico-social cria as condições necessárias para o progresso moral.
- b) O progresso histórico-social afeta, por sua vez, de uma ou de outra maneira- positiva ou negativa- os homens de uma determinada sociedade

sob ponto de vista moral. (Ex: a abolição da escravidão enriquece o mundo moral, ao integrar nele o escravo- quando é reconhecido como pessoa. No caso, o progresso histórico influi positivamente num sentido moral.

Desta forma, percebe-se que estas mudanças sociais ou este progresso histórico, tanto podem trazer conseqüências positivas, quanto negativas, em se tratando do ponto de vista moral. Um fato negativo seria o capitalismo, em que o lucro se dá pela parte do trabalho não pago. O que antes era escravo, agora tornou-se reconhecido como pessoa, um operário. Porém, mau pago pelo seu patrão, não recebendo o valor devido pelo seu esforço e trabalho, ou seja, seu salário não é compatível a sua jornada de trabalho.

Ainda neste sentido, Vázquez (1999, p.57), afirma que “o progresso histórico ainda que crie as condições para o progresso moral e traga conseqüências positivas para este, não gera por si só um progresso moral, porque os homens não progredem sempre na direção moral boa, mas também através da direção má; isto é, pela violência, o crime ou a da degradação moral”. Nesta perspectiva, entende-se que o progresso moral está sempre ligado ao que é bom e benéfico. No entanto, somente há progresso moral, quando os indivíduos agem sob bondade. Porém, quando se desviam do bem, e suas ações são maléficas, eles não progredem moralmente na direção boa, sendo então este aspecto denominado por Vázquez de degradação moral.

Outras características do progresso moral que Vázquez aborda, é a elevação do caráter consciente e o crescimento da responsabilidade dos indivíduos, em se tratando de seu comportamento moral perante a sociedade. Neste sentido, estas são características marcantes do progresso moral, esclarecendo que:

Uma sociedade é tanto mais rica moralmente quanto mais possibilidades oferece a seus membros de assumirem a responsabilidade pessoal ou coletiva de seus atos; isto é quanto mais for a margem proporcionada para aceitar consciente e livremente as normas que regulam as suas relações com os demais. Neste sentido, o progresso moral é inseparável do desenvolvimento da livre personalidade. (VÁZQUEZ, 1999, p.58).

Outra característica é a articulação entre os interesses coletivos e pessoais, em que numa moral elevada os indivíduos devem buscar de forma livre e consciente superar tanto sua individualidade, ou seja, egoísmo, interesses pessoais, como também, o coletivismo primitivo, em que os indivíduos não tinham a visão de particular ou individual, mas somente o coletivo. Nesta moral, superior ou elevada,

os sujeitos devem combinar os interesses de cada um com os interesses da comunidade, havendo uma harmonia entre os interesses, no qual, o livre desenvolvimento de cada indivíduo, suponha necessariamente o livre desenvolvimento da comunidade.

2.3 A essência da moral

Vázquez enfatiza que há uma série de morais concretas, e que estas se sucederam historicamente. Remetendo-se ainda à definição de moral como sendo “um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (VÁZQUEZ, 1999, p. 63).

Há, portanto, dois planos ou seguimentos da moral definidos por Vázquez, que são o normativo e o fatural, um se refere às normas e outro ao comportamento. Segundo Vázquez (1999, p. 63) “O normativo, constituído pelas normas ou regras de ação e pelos imperativos que anunciam algo que deve ser”.

O normativo se refere às regras postuladas, em que, estas, irão determinar um tipo de comportamento. Ex: “Ama a teu próximo como a ti mesmo”. Já o fatural, “ou plano dos fatos morais, constituído por certos atos humanos que se realizam efetivamente, isto é, que são independentemente de como pensamos que deveria ser” (p. 63), se refere ao ato, estes atos podem ser positivos ou negativos, porém não deixam de pertencer à esfera da moral.

No que concerne a moral e moralidade, entende-se que a moral segundo Vázquez (1999, p. 65), “compreende, portanto, não somente normas ou regras de ação, mas também – como comportamento que deve ser – os fatos com ela conformes”. Já a moralidade é a moral colocada em prática. Como bem afirma Vázquez (1999, p. 66) “A moral estaria no plano ideal, à moralidade, no plano real”.

De acordo com este autor a essência da moral é o caráter social que a mesma tem cujo objetivo é uma qualidade social dos indivíduos, a partir do cumprimento desta função social. Desta forma, ele aponta três características ou aspectos fundamentais da qualidade social da moral, no qual se revela esta socialidade da moral:

- a) Cada indivíduo comportando-se moralmente se sujeita a determinados princípios, valores ou normas morais. (...)

b) O comportamento moral é tanto comportamento de indivíduos quanto de grupos sociais humanos, cujas ações têm um caráter coletivo, mas deliberado, livre e consciente. (VÁZQUEZ, 1999, p. 67).

Neste sentido, o caráter coletivo no qual o autor menciona, se refere às conseqüências dos atos aos demais indivíduos. Desta forma, sendo aprováveis ou reprováveis.

Outra característica, é que “as idéias, normas e relações sociais nascem e se desenvolvem em correspondência com uma necessidade social” (VÁZQUEZ, 1999, p.69). Por esta razão, é que a moral possui um caráter puramente social, e é também deste aspecto, desta necessidade social que ela se origina, no sentido de que todo comportamento, prática ou atitude inclui pessoas, indivíduos. Desta forma, quem desrespeita, desrespeita alguém, quem mente, mente para alguém, e assim sucessivamente, isto implica conseqüências e estas afetam pessoas.

É também por esta razão, que a moral tem a função social de contribuir para que os atos dos indivíduos desenvolvam-se de maneira consciente e livre. Pois, os indivíduos convivem em pleno relacionamento uns com os outros, comunidade e indivíduo, indivíduo e comunidade, ou seja, individual e coletivo. Nesta perspectiva, é o que “o indivíduo pode agir moralmente somente em sociedade” (VÁZQUEZ, 1999, p.71).

Portanto, o caráter social da moral é decorrente desta relação entre o individual e o coletivo. Em que ambos, são influenciados uns pelos outros, e um exemplo em que se evidencia essa influência, é o da criança quando nasce, ela logo se insere ao meio social, em que todas as regras e normas serão aprendidas, através da relação dela com meio social. É por esta razão, que os atos dos indivíduos são influenciados pelo social, porém, cada um tem sua singularidade e particularidade, pois até a individualidade é um produto social. Como bem afirma Vázquez (1999, p.73):

A consciência individual é a esfera em que se operam as decisões de caráter moral, mas, por estar condicionada socialmente, não pode deixar de refletir uma situação social concreta e, por conseguinte, diferentes indivíduos que, numa mesma época, pertencem ao mesmo grupo social, reagem de maneira análoga. Desta maneira, mais uma vez se evidencia como também a individualidade é um produto social [...].

Desta forma, a moral implica em uma consciência individual, a partir do modo como o coletivo e o pessoal ou individual se relacionam, a partir das influências

entre ambos, já que, segundo Vázquez, não existe indivíduo isolado, e enquanto ser social, não existe uma moral completamente ou estritamente individual. Neste sentido, os atos morais são concretos, ou seja, fatural, porém, em virtude de que os indivíduos possuem em sua natureza uma necessidade social, é que estes atos, possuem um caráter puramente social.

Sobre a estrutura do ato moral, o autor enfatiza que o ato moral consiste em juízo de aprovação ou desaprovação a partir do que se é estabelecido e aceito, como normas comuns. Porém, os atos cometidos, nos quais as conseqüências não podem ser previstas, este, não pode ser qualificado ou desqualificado. Caracterizando-se assim, como um ato que não é propriamente moral. Enquanto que o ato propriamente moral tem um caráter puramente consciente, ou seja, é quando o indivíduo reconhece claramente o motivo pelo qual esta agindo.

Neste sentido, a primeira característica é o motivo, outra, é a consciência do fim visado, que é quando se tem previsibilidade, ou seja, uma antecipação de um resultado a partir da visão que se tem do que o ato pode causar. Nesta perspectiva, a partir da visão prevista, o indivíduo busca alcançar o resultado. Por esta razão, o ato moral, também implica em uma decisão de alcançar determinado resultado, como também na realização, concretização do fim desejado. Como bem afirma Vázquez (1999, p.78):

O ato moral não se completa com a decisão, tomada, é necessário chegar ao resultado efetivo. Se decido concretizar determinado fim e não dou os passos necessários para isto, o fim não se realiza e, portanto, o ato moral não se produz. (...) O ato moral, no que diz respeito ao agente, consuma-se no resultado, ou seja, na realização ou concretização do fim desejado.

As conseqüências do ato moral, também é outro aspecto que deve ser levado em consideração, visto que, o ato moral tem a função de regulamentar as relações entre os indivíduos. Por isso, estas conseqüências afetam diretamente os demais. Por esta razão Vázquez (1999, p. 80), esclarece que, “o ato moral se apresenta como uma totalidade de elementos – motivo, intenção ou fim, decisão pessoal, emprego de meios adequados, resultados e conseqüências – numa unidade indissolúvel”.

2.4 A moral e outras formas de comportamento humano

No que concerne ao aspecto supracitado, em que Vázquez aborda a moral e as diversas formas de comportamento humano, serão destacados os aspectos a ela ligados, como o religioso, o político, o jurídico, o trato social, e o científico.

No que concerne a moral e religião, o autor apresenta que a religião assume certa forma de regulamentação das relações entre os homens, neste sentido, certa moral. Nesta perspectiva, os princípios de Deus se caracterizam como imperativos morais, como sendo normas e regras a serem seguidas. Afirmando assim, que a religião é um dos fatores pelos quais a moral existe. Como Vázquez esclarece: “Sem religião, portanto, não há moral” (1999, p. 90).

Porém, o autor afirma que a religião não cria a moral nem é condição indispensável em qualquer sociedade para ela. Neste sentido, entende-se que não é a religião que origina a moral, até porque o homem primitivo vivia sem religião. No entanto, havia regras e normas que regulamentavam a convivência, mas, a religião, por apresentar um caráter moral, se tornou ao longo de um processo histórico, uma inspiração para o comportamento moral dos indivíduos.

A respeito da moral e política, é na política que os indivíduos expressam ou concretizam atitudes morais. É na política que os indivíduos se desenvolvem de forma participativa, ativa a consciência, visto que segundo Vázquez (1999), este âmbito, é caracterizado, por ser uma forma de atividade prática, organizada e consciente.

Sobre a moral e direito, esta forma de comportamento humano, ou seja, o jurídico é o que mais se relaciona com a moral, no sentido de que os dois estão sujeitos a normas e regras, nas quais, regulamentam as relações entre os indivíduos, e nas quais, estas, devem ser seguidas. Desta forma, Vázquez aponta algumas características em que a moral e o direito se assemelham, ou seja, que elas têm em comum, nas quais se destacam:

O direito e a moral regulamentam as relações e uns homens com outros por meio de normas; postulam, portanto, uma conduta obrigatória e devida.

As normas jurídicas e morais têm a forma de imperativos; por conseguinte, acarretam a exigência de que se cumpram, isto é, de que os indivíduos se comportem necessariamente de certa maneira. (...)

O direito e a moral respondem a uma mesma necessidade social: regulamentar as relações dos homens visando a garantir certa coesão social.

A moral e o direito mudam quando muda historicamente o conteúdo da sua função social (isto é, quando se opera uma mudança radical no sistema político-social). Por isto estas formas de comportamento humano têm

caráter histórico. Assim como varia a moral de uma época para outra, ou de uma sociedade para outra, varia também o direito. (VÁZQUEZ, 1999, p. 97).

No que concerne a moral e trato social, Vázquez afirma, que este é um tipo de comportamento, no qual é normativo, assim como a moral e o direito, porém, não se identifica com os mesmos. Este tipo de comportamento se caracteriza pelas variadas formas de saudações, correspondendo a convencionalismos sociais ou do trato social. Desta forma, o trato social segundo Vázquez (1999), se assemelha com a moral no sentido de regulamentar as relações entre os indivíduos, porém, sem apoio do sujeito, ou seja, o sujeito não aceita a regra ou a norma, não sendo obrigado a seguir, em que se divergem neste aspecto, como também, sem a imposição coercitiva do cumprimento das regras.

No que concerne a moral e ciência, estas, são enfatizadas pelo autor, a partir das características pertinentes, sobre o papel do homem de ciência ou da atividade do cientista. Em que Vázquez aborda a perspectiva de que o cientista deve assumir diante de sua função uma posição moral, no exercício da atividade dele, como também, pelas conseqüências sociais que seus estudos e descobertas podem trazer. Neste sentido Vázquez (1999, p.104) afirma que:

O cientista deve apresentar uma serie de qualidades morais cuja posse garanta uma melhor realização do objetivo fundamental que norteia a sua atividade, a saber: a procura da verdade. Entre estas qualidades morais, características de qualquer verdadeiro homem de ciência, figuram sobretudo a honestidade intelectual, o desinteresse pessoal, a decisão na defesa da verdade e na crítica da falsidade etc.

Nesta perspectiva, a ciência assume um papel de grande relevância, no sentido produtivo e social, porém, ao mesmo tempo espantosos males a sociedade, através das conseqüências, que tais descobertas podem trazer como, por exemplo: a bomba atômica que causou uma gigantesca catástrofe. Por esta razão, Vázquez afirma que a ciência não pode deixar de estar relacionada com a moral.

2.5 Responsabilidade moral, determinismo e liberdade

Sobre os aspectos supracitados, responsabilidade moral, determinismo e liberdade, o autor aborda sobre as condições da responsabilidade moral, em que um dos índices fundamentais para o progresso moral é a elevação da responsabilidade

dos indivíduos de determinados grupos sociais, em se tratando do comportamento moral dos sujeitos. Desta forma, Vázquez enfatiza que os atos propriamente morais, são aqueles, nos quais se pode atribuir à prática ou ação do sujeito, uma responsabilidade, tanto pelo que se propôs a realizar, quanto pelos resultados e conseqüências desta ação.

Nesta perspectiva, para que o sujeito seja responsabilizado por seus atos, necessariamente, deve se considerar que o sujeito tem a liberdade de opção e decisão. Por esta razão, segundo Vázquez (1999), é importante examinar as condições concretas no qual o sujeito realiza o ato, a fim de verificar, se houve possibilidade de opção e decisão, ao imputar sobre o sujeito uma responsabilidade moral.

Ainda nesta perspectiva das condições da responsabilidade moral, Vázquez (1999, p. 110), aponta algumas condições que são fundamentais ao inferir sobre o sujeito uma responsabilidade moral, por determinado ato cometido, que são:

- a) Que o sujeito não ignore nem as circunstâncias nem as conseqüências da sua ação; ou seja, que o seu comportamento possua um caráter consciente.
- b) Que a causa dos seus atos esteja nele próprio (ou causa interior), e não em outro agente (ou causa exterior) que o force a agir de certa maneira, contrariando a sua vontade; ou seja, que a sua conduta seja livre.

Outra perspectiva da responsabilidade moral é a coação externa, no sentido, de que a causa do ato, esteja dentro do sujeito, que não provenha de fora, ou seja, a atitude do sujeito ou sua ação não deve ser influenciada por outro, no sentido de que o outro venha forçá-lo a agir de tal forma, mas, que o ato seja de livre decisão e consciência da própria pessoa. Como bem afirma Vázquez (1999, P. 113):

A segunda condição fundamental para que se possa responsabilizar uma pessoa por um ato é que a causa deste esteja dentro dele próprio e não provenha de fora, isto é, de algo ou de alguém que o force – contra a sua vontade – a realizar o referido ato. Em outras palavras: exige-se que a pessoa em questão não esteja submetida a uma coação externa.

Outra perspectiva é a coação interna. Partindo do pressuposto exposto por Vázquez (1999), de que o sujeito, só pode ser responsável por seus atos, se este conhecer seu ato, e se pode prever as conseqüências, se agirem de determinada forma, como também, se estes sujeitos, participantes ou envolvidos em seu ato, não o influencie, havendo assim a ausência da coação externa. Na coação interna, o

sujeito não é responsabilizado por seus atos, visto que, neste caso, o sujeito não tem consciência de sua atitude ou ação. Neste sentido, a coação interna, esta presente no sujeitos que não conseguem prever as conseqüências de seus atos, em que estes, agem por um impulso irresistível e instinto, e que os mesmos não têm controle sobre a ação. Neste caso, geralmente são pessoas doentes, que não conseguem resistir a determinado impulso ou uma motivação inconsciente. Neste sentido, Vázquez afirma sobre a coação interna que:

São casos de pessoas doentes, ou de outras que, embora se comportem de maneira normal, mostram zonas de comportamento que se caracterizam por sua anormalidade (como acontece com o cleptomaniaco que se comporta normalmente, até que se encontre diante do objeto que lhe excita o instinto irresistível de roubar. (VÁZQUEZ, 1999, p. 117).

A responsabilidade moral exige então, ausência tanto da coação interna quanto externa, em que, para que o individuo seja responsabilizado pelos seus atos, ele deve ser livre para decidir e agir livremente, vencendo tanto a coação interna, quanto a externa. Assim se expressa Vázquez (1999, p. 118), “Somente há responsabilidade moral se existe liberdade”.

Portanto, conclui-se sobre a responsabilidade moral que o sujeito necessariamente deve ser livre para decidir e agir, não deve ser influenciado tanto pela coação interna, quanto pela externa, deve ser consciente sobre as causas, resultados e conseqüências, não ignorando as circunstancias do seu entorno.

Sobre a liberdade, Vazquez aborda que “ninguém pode ser moralmente responsável, se não tem a possibilidade de escolher uma maneira de comportamento e de ação realmente na direção escolhida” (1999, p. 119). A liberdade, então, é imprescindível no comportamento moral do sujeito, necessariamente implicam em tomadas de decisões, escolhas entre uma maneira ou outra de agir.

Ainda assim, a responsabilidade moral implica tanto num comportamento ausente da coação interna e externa quanto em vencer com próprio determinismo do comportamento humano. E é neste ponto em que a liberdade possui certo limite, e este limite é oriundo de um mundo casualmente determinado, organizado.

3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONDUTA MORAL

3.1 Os valores

No que concerne aos valores, Vázquez enfatiza que todo ato moral implica e uma escolha entre vários atos possíveis, e que conseqüentemente, este ato se baseia em uma preferência por um determinado ato. Nesta escolha, ou preferência sobre um ato ou outro, é que estão envolvidos os valores, nos quais os sujeitos atribuem, como sendo estas ações, atitudes que representam um ato valioso, ou um ato moral negativo. Nesta perspectiva, é importante considerar, que os sujeitos também escolhem agir de determinada maneira ao refletir sobre as conseqüências destas ações.

O ato moral implica valor aos sujeitos, segundo Vázquez (1999) o ato moral é valioso porque tem para nós um valor. É por esta razão, que se julgam os atos cometidos por outro, no sentido da atribuição de valor, tanto como conduta boa ou positiva, quanto negativa ou reprovável, porque todo ato possui um caráter axiológico, ou seja, um caráter de valor. Neste sentido, cabe refletirmos sobre: o que é valores e o que significa ter valor ou ser valioso para nós?

Primeiramente, ao falar de valores é necessário considerar que há dois pólos nos quais fundamentam a atribuição de valor, que segundo Vázquez (1999) são: o pólo positivo, no qual se encontra as características da utilidade, bondade, beleza, justiça e etc. E o pólo negativo, representado pela inutilidade, maldade, injustiça, fealdade e etc.

Desta forma, a atribuição de valor dada aos objetos ou as atitudes dos sujeitos em sociedade, se dá a partir da forma como o ser humano se relaciona com o objeto, a natureza, e no sentido moral, com os indivíduos no qual ele convive, considerando as respectivas características positivas e negativas. Conforme Vázquez (1999, p.141), “o valor não é propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças a sua relação com o homem como ser social.”

Nesta perspectiva, as coisas em si não possuem valor, porém a partir da relação existente entre o homem e os objetos, no manuseio destes objetos ele observou que estes contribuía para algo relacionando, assim, a utilidade deste objeto para a vida do homem.

Desta forma, ao observar nos objetos a beleza, a utilidade, a serventia, a necessidade e o desejo de tê-los, assim ele atribuiu valor. Por sua vez, o que o agrada, o que satisfaz, ao desejo do homem, a sua necessidade, é o que é valorizado, portanto, é o que possui valor, é valioso: “o que desejo ou necessito, ou, também, o que me agrada e de que gosto, é o que vale; por sua vez, o que prefiro, de acordo com estas vivencias pessoais é o melhor” (VÁZQUEZ, 1999, p.142).

Por esta razão, para este autor, os valores são criações humanas, em que estes só existem e se realizam no homem e pelo homem. Desta forma, ele esclarece que:

As coisas não criadas pelo homem (os seres da natureza) só adquirem valor entrando numa relação especial com ele, integrando-se no seu mundo como coisas humanas ou humanizadas. Suas propriedades naturais, objetivas, só se tornam valiosas quando servem para fins ou necessidades dos homens e quando adquirem, portanto, o modo de ser peculiar de um objeto natural humano. (VÁZQUEZ1999, p.146)

No que concerne aos valores morais e não morais, o autor enfatiza, que pelo fato de que em todas as coisas ou objetos serem atribuídos valores, a partir das características que estes objetos apresentam ao homem, como sendo útil, bonito, que possui fins satisfatórios, que cumpre satisfatoriamente a necessidade humana concreta a qual este objeto serve, é que se atribui a qualificação de bom. Em que segundo Vázquez (1999), se determina a qualificação axiológica, ou seja, de valor, do bem correspondente. Neste sentido, esta atribuição se deve não só aos objetos, mas também, aos atos humanos.

Na perspectiva da atribuição de valor ao ato moral, sendo este valor moral, o mesmo se caracteriza a partir de dois aspetos: o da bondade e o da maldade. Na perspectiva da bondade, este possui um caráter axiológico positivo, enquanto que a maldade um caráter negativo. É através destes aspectos, que se julga a atitude, ou ação dos indivíduos, como sendo uma boa atitude ou má. No entanto, estes atos devem ser realizados conscientemente, livremente, e que possua o reconhecimento do individuo. Contudo, é a partir destes aspectos, também, que se qualifica moralmente determinada atitude, ou ação.

Os valores existem unicamente em atos ou produtos humanos. Tão somente o que tem um significado humano pode ser avaliado moralmente, mas, por sua vez, tão somente os atos ou produtos que os homens podem reconhecer como seus, isto é, os realizados consciente e livremente, e

pelos quais lhe pode atribuir uma responsabilidade moral. Neste sentido, podemos qualificar moralmente o comportamento dos indivíduos ou de grupos sociais, as intenções de seus atos e seus resultados e conseqüências, as atividades das instituições sociais etc. (VÁZQUEZ, 1999, p. 149).

Nesta perspectiva, os valores morais são aqueles em que estão presentes somente nas atitudes ou atos humanos, sendo que, este ato apresenta características moralmente positivas. Enquanto que, os valores não morais, estão presentes nos objetos.

3.2 A avaliação moral

Por avaliação moral entende-se a atribuição de valor ao ato ou produto humano. Desta forma, a atribuição de valor se dá a um objeto social e por esta razão, possui um caráter histórico social. Vázquez (1999) afirma que somente podem ser avaliados moralmente os atos humanos, sendo estes, sujeitos a aprovação ou reprovação quando as ações e seus resultados ou conseqüências afetam os outros. Ele diz que: “Sendo assim, posso atribuir valor moral a um ato se - e somente se - tem ele conseqüências que afetam a outros indivíduos, a um grupo social ou a sociedade inteira” (1999, p.154).

Ainda se referindo a atribuição de valor ao ato moral, o autor expõe sobre o bom como valor e afirma que, “o ato moral pretende ser uma realização do bom. Um ato moral positivo é um ato moralmente valioso, e é tal exatamente enquanto o consideramos “bom”; isto é, encarnado ou plasmado o valor da bondade” (VÁZQUEZ, 1999, p.155).

No entanto, entende-se que se atribui ao ato moral, a expressão de valioso, quando este ato é positivo e quando se realiza determinada bondade, ou seja, algo que é agradável aos sujeitos que avalia o ato. Pois, já foi discutido, o que é valioso é algo que possui utilidade, bondade, beleza etc.

Quanto à concepção de que o ato moral somente é visto como valioso, a partir da atitude bondosa, ou da bondade, o autor traz a reflexão sobre o que é bom. Na realidade o que é bom?

No plano da teoria ética, o autor expõe que há algumas concepções acerca da natureza do que é bom. E entre as principais, estão definidas como bom a felicidade, prazer, boa vontade, ou utilidade. O bem como felicidade, refere-se à

aspiração que o homem tem pelo alcance da felicidade, neste sentido, Vázquez afirma sobre a visão de Aristóteles, que a felicidade consiste no exercício da razão, porém, não somente a isto, mas a uma série de condições necessárias para se atingir a felicidade em que se destacam duas delas, que é a segurança econômica e a liberdade pessoal, em que sem elas o homem não pode ser feliz.

O bem como prazer no sentido moral, se refere à quantidade de prazer que determinado ato moral contém, ou seja, ao sujeito agir de boa forma, moralmente falando, positivamente, ele sente prazer no que está fazendo. O bom como boa vontade, se refere, “a determinação de fazer algo, embora certamente não se consiga o que se queria ou ainda que as conseqüências de nossa ação não correspondam ao nosso propósito” (VÁZQUEZ, 1999, p. 165).

O bem como útil possui duas vertentes, a do egoísmo ético, e a do altruísmo ético. A primeira se refere a uma forma egoísta de pensar, como o bom é somente aquilo que serve ao interesse pessoal, enquanto que de acordo com o altruísmo ético, o bem é somente aquilo que visa o interesse coletivo, ou seja, dos outros. Porém, aliada ao interesse coletivo, deve estar inserido dentro deste, o interesse pessoal. Ainda nesta perspectiva, Vázquez (1999, p. 169), afirma que o bom como útil depende das conseqüências:

Um ato será bom se tem boas conseqüências, independentemente do motivo que levou a fazê-lo ou da intenção que se pretendeu concretizar. Ou seja: independentemente do fato de que agente moral se tenha proposto ou não que um ato seja vantajoso para si, para os demais ou para toda a comunidade, o ato – se é benefício nas suas os demais ou para toda a comunidade, o ato – se é benefício nas suas conseqüências – será útil e, por conseguinte, bom.

Conclui-se sobre a avaliação moral, que a mesma se dá a partir das vertentes da bondade, porque o ato moral pretende ser a realização do que é bom, porém, este é avaliado como aprovável ou reprovável. Aprovável, quando este ato é positivo, valioso e possui características da bondade. E reprovável, quando possui características contrárias a bondade, quando não é valioso e negativo, ou seja, é um ato inclinado a maldade.

3.3 A obrigatoriedade moral

Vázquez enfatiza que o comportamento moral é obrigatório e devido, no sentido de que o sujeito é obrigado a se comportar de acordo com uma regra ou norma de ação buscando excluir ou evitar os atos proibidos pelas regras. Nessa perspectiva, a obrigatoriedade moral, impõe deveres ao sujeito já que a mesma é normativa, e que se constitui de imperativos, sendo estes caracterizados pelo enunciado de algo que deve ser em que, postulam determinado comportamento.

Porém, a obrigatoriedade moral, inclui a liberdade de escolha e de ação. Desta forma, o comportamento moral, deve ser livre e obrigatório. Livre, porque o sujeito pode escolher entre várias alternativas, no modo de como agir. E obrigatório, porque o comportamento moral é imposto através das regras ou normas, de como se deve agir. Segundo Vázquez, (1999, p. 182):

A obrigação moral apresenta-se assim como a determinação do meu comportamento; isto é, orientando-o numa certa direção. Mas sou obrigado moralmente só na medida em que sou livre para seguir ou não este caminho; ou seja, na medida em que posso recusar o outro caminho. Neste sentido, a obrigação moral pressupõe, ao mesmo tempo, uma limitação de minha liberdade. Comportando-me moralmente, eu era obrigado por minha promessa, pelo dever de cumpri-la, e, neste sentido, devia decidir ou de uma maneira ou de outra.

Ao mesmo tempo, a obrigação moral deve ser assumida livremente e internamente pelo sujeito, não deixando ser influenciado por outros, por circunstâncias de fora ou do meio externo, ou seja, o sujeito não deve deixar ser afetado pela coação externa. Desta forma, o fator pessoal, é essencial na obrigação moral, no sentido de interiorizar a norma estabelecida e se dispor a cumpri-la.

Segundo Vázquez (1999), a obrigação moral também possui um caráter social. Primeiramente, porque só pode haver obrigação moral para o sujeito se os atos por ele cometidos e as decisões tomadas afetam aos demais indivíduos a sua volta ou a sociedade. Neste sentido, Vázquez afirma que devido ao comportamento ter repercussão em terceiros, é que o indivíduo sente-se obrigado a optar por agir de tal forma, evitando outro tipo de ação.

Em segundo lugar, a obrigatoriedade moral possui caráter social “porque se a norma deve ser aceita intimamente pelo indivíduo e este deve agir de acordo com sua livre escolha ou sua consciência do dever, a decisão pessoal não opera num vácuo social” (VÁZQUEZ, 1999, p. 183).

A obrigatoriedade moral implica também em consciência moral, em que, primeiramente Vázquez esclarece, sobre os dois sentidos da consciência. Um é a consciência propriamente dita, que se refere ao conhecimento, e reconhecimento de algo, desta forma, Vázquez (1999, p.185) afirma que:

[...], o conhecimento ou reconhecimento de algo e o ter consciência ou o ser consciente significam compreender algo que está acontecendo, ou também registrar sua existência e situar-se a certa distancia do real. Mas a consciência não-somente registra ou compreende o que está diante dela de maneira efetiva, mas também pode antecipar idealmente na forma de projetos, fins ou planos o que irá acontecer.

No sentido de consciência, mais precisamente a consciência moral, esta somente pode existir, se a consciência no primeiro sentido que é o específico, também já existe no indivíduo. Desta forma, Vázquez (1999, p.185) complementa:

A consciência moral somente pode existir sobre a base da consciência no primeiro sentido e como uma forma específica desta. Por isto, também acarreta uma compreensão de nossos atos, mas sob um ângulo específico, moral; ao mesmo tempo, implica numa avaliação e num julgamento de nosso comportamento de acordo com as normas que ela conhece e reconhece como obrigatórias.

No que concernem às teorias da obrigação moral, o autor enfatiza sobre dois tipos: a deontológica e a teleológica. A deontológica é “quando não se faz depender a obrigatoriedade de uma ação exclusivamente das conseqüências da própria ação ou da norma com a qual se conforma”. E teleológica “quando a obrigatoriedade de uma ação deriva unicamente de suas conseqüências” (VÁZQUEZ, 1999, p.189). Nestes dois casos as teorias pretendem determinar o que é obrigatório ao indivíduo fazer ou a forma pela qual o mesmo deve agir.

A deontológica determina que indivíduo não leve em consideração os resultados ou conseqüências, ou seja, independentemente dos resultados ou conseqüências, o indivíduo deve agir conforme a norma. Enquanto que na teleológica, o indivíduo busca agir tendo em vista as conseqüências a outros. Para esclarecer bem estes casos Vázquez (1999, p. 190) traz um exemplo:

Suponhamos que um doente grave, confiando na minha amizade, pergunte-me sobre o seu real estado, dado que, segundo parece, os médicos e os familiares lhe ocultam a verdade: o que devo fazer neste caso? Enganá-lo ou dizer-lhe a verdade? De acordo com a doutrina deontológica da obrigação moral, devo dizer-lhe a verdade, sejam quais forem as

conseqüências: mas, se me ateno a teoria teleológica, devo enganá-lo tendo e vista as conseqüências negativas que podem resultar, para o doente, do conhecimento do seu verdadeiro estado.

Desta forma, segundo Vázquez, (1999), as teorias deontológicas não recorrem a uma norma geral, como também, não derivam da obrigatoriedade do ato moral, levando em consideração as suas conseqüências. Enquanto que as teleológicas colocam toda obrigatoriedade moral em relação às conseqüências, tanto para o agente, quanto para o sujeito afetado.

3.4 A realização da moral

Segundo Vázquez (1999), a moral compreende um conjunto de normas, princípios e valores que influenciam completamente no comportamento dos indivíduos, ou seja, que se concretiza no próprio comportamento humano. Em que estes princípios, tende a regular a forma como os indivíduos se relacionam uns com os outros, sendo que, estes atos, são puramente concretos, para que estes aspectos, ganhem vida.

Na perspectiva da realização moral, Vázquez afirma que esta não somente é tarefa do indivíduo, mas, da sociedade em geral; é então, uma tarefa coletiva. Neste sentido, cabe um aspecto importante, que são os princípios morais, nos quais fundamentam o comportamento de determinado grupo, sendo estes princípios essenciais a realização moral.

Estes princípios, segundo Vázquez, não são elaborados por meio de teorias, mas a partir do comportamento dos homens em sociedade. Porém, não se anula o fato de que estes princípios possam ser elaborados a partir de uma teoria. Como bem afirma Vázquez (1999, p. 210) “Ainda que os princípios morais básicos nasçam da relação com determinadas necessidades sociais, podem também ser objeto de uma elaboração teórica, que visa a justificar a sua necessidade ou a fundamentar a sua validade”.

Desta forma, a realização moral, implica em uma relação direta com as condições sociais nas quais a sociedade esta vivenciando, já que o objetivo dos princípios é regulamentar as relações dos indivíduos, como também, ao considerar que a moral possui um caráter social. Sendo assim, Vázquez (1999, p. 211) afirma que:

A realização da moral como concretização de certos princípios coloca, assim, a necessidade de relacioná-los com as condições sociais as quais se referem, com as aspirações e interesses que os inspiram e com tipo concreto de relações humanas que pretendem regulamentar. Somente assim, poderemos compreender o seu verdadeiro papel na realização da moral.

No que concerne a moralização do indivíduo, o autor enfatiza, que o ato moral do indivíduo implica em consciência e liberdade, em que o verdadeiro agente moral, é o indivíduo e este um ser social. Neste sentido, somente possui caráter moral, os indivíduos que agem de forma consciente, livre e responsável.

A moralização do indivíduo implica no caráter que este possui, por sua vez, Vázquez afirma que o caráter é dinâmico, mutável e adquirido. Desta forma, o modo pelo qual “o indivíduo age moralmente, ou o seu comportamento moral numa dada situação, não é algo totalmente espontâneo e imprevisto, mas está inscrito como uma possibilidade no seu caráter” (VÁZQUEZ, 1999, p. 212). Portanto, o caráter assume uma importância significativa nas ações morais do indivíduo, ocupando e sendo responsável por uma parte do seu comportamento.

Sobre as virtudes morais, o autor aborda seu significado no sentido mais específico, que quer dizer capacidade ou potência moral. Esta virtude implica num comportamento estável, ou seja, permanentemente sem mudança, em que o indivíduo, busca agir sempre de maneira positiva.

Neste sentido, entende-se, segundo Vázquez, que a virtude é a disposição de querer agir bem, num sentido moralmente válido. Na virtude, evolve o valor moral. E sobre este, Vázquez (1999, p. 214) afirma que:

[...] a virtude se relaciona de perto com o valor moral; envolve por isso certa compreensão do valor em que se fundam as normas morais que guiam e orientam a realização do ato moral; mas, ao mesmo tempo, supõe a decisão – ou força de vontade necessária- para superar os obstáculos que se interponham a sua realização.

Nesta perspectiva, para que ato moral seja virtuoso, deve estar presente no ato, o valor moral, ou seja, necessariamente, o ato deve ser positivo, como também, o indivíduo precisa demonstrar força de vontade na realização da ação, mas, não só para realizá-lo, também, para superar os impedimentos desta realização.

O autor também enfoca a questão da vida espiritual da sociedade, e a realização da moral, em que a moral é influenciada de diversas formas, pelos fatores

sociais nos quais o indivíduo está inserido. Na realização da moral, o indivíduo é influenciado de diversas formas, em sua construção moral, uma dessas são os meios de comunicação, como bem afirma Vázquez: “Dentro deste mundo ideológico ou espiritual, é necessário situar também a influência que, em nossos dias, exercem nas consciências os poderosos meios de comunicação de massa (imprensa, cinema, rádio e televisão)” (VÁZQUEZ 1999, p. 230).

Na construção moral do indivíduo, sendo não influenciado somente por estes fatores, mas também, pelas instituições educativas, influenciam e isto ocorre através da atividade espiritual da sociedade, das instituições culturais, da tradição e dos costumes. Vázquez enfatiza que o sujeito forma-se gradualmente, de acordo com uma moral já estabelecida, que lhe é proposta e justificada na sociedade, em que estes meios, buscam mostrar ao indivíduo em formação, a moral estabelecida.

3.5 Forma de justificação dos juízos morais

Vázquez (1999) ainda aborda que há várias formas de juízos morais, nas quais se destacam as enunciativas, preferenciais e imperativas.

Na forma enunciativa, registra-se uma propriedade ou característica do sujeito objetiva, ou seja, informa ou revela uma propriedade do sujeito, como por exemplo: Pedro é alto. Nesta frase, revela-se em forma de anúncio, uma característica de Pedro. Este tipo de juízo não implica em uma avaliação moral, pois, o que se expôs sobre Pedro, não foi a atitude, mas uma característica natural.

Porém, quando se formula um juízo sobre algo, como, por exemplo, “Pedro é justo”, neste caso, atribuiu-se valor a Pedro. Sendo assim, trata-se então, de um juízo de valor sobre esta característica de Pedro, que se revela nas atitudes. Neste caso, essa característica não é natural “de”, não pertence naturalmente a Pedro, mas, pelo fato desta característica ter um caráter e uma relação com uma necessidade ou finalidade. Desta forma Vázquez (1999, p. 238) afirma que:

Quando se formula o juízo “este objeto é útil”, também atribuo a x (este objeto) uma propriedade: a sua utilidade. Mas se trata de uma propriedade que x possui somente em relação a uma finalidade ou uma necessidade nossa. Atribui-se ao objeto alguma coisa que tem valor: uma propriedade que somente existe em relação ao homem social, e não em si. Por isso não se trata de um juízo factual, como no caso anterior, mas de um juízo de valor. Sua forma lógica continua sendo enunciativa, mas o que agora se continua é uma propriedade valiosa, um valor. A mesma observação pode

ser feita do juízo “Pedro é justo”, no qual se atribui a Pedro uma propriedade que não lhe pertence naturalmente, como a sua altura, mas somente em relação com uma necessidade ou finalidade.

Na forma preferencial, o juízo se caracteriza de outra forma. Segundo Vázquez, o juízo preferencial se esquematiza da seguinte maneira: “x é preferível a y”, como por exemplo, “é preferível enganar o doente a dizer-lhe a verdade”. Neste caso o juízo é avaliação moral, pois apresenta conteúdo moral. Já em um caso não moral seria, “este trabalho é preferível aquele outro”. Desta forma, Vázquez afirma que há uma preferência a determinado juízo pelo fato de apresentar uma característica valiosa, de valor, como também, por um ser mais valioso que o outro. Como bem afirma Vázquez (1999, p. 239):

As características destes juízos de preferência é a sua semelhança com os enunciativos do grupo anterior, que atribuem uma propriedade valiosa. De fato, trata-se de uma forma particular do juízo de valor, sob a forma de comparação, pela qual se estabelece que x é mais valioso que y. A preferibilidade nada mais faz se não evidenciar este “ser mais valioso” de x com respeito à y.

Na forma imperativa, o juízo se caracteriza de forma normativa como, por exemplo, “deves fazer x” ou “faz x”. Neste caso, o juízo se apresenta como uma imposição de algo que deve ser realizado. Desta forma, Vázquez afirma que este juízo, assume a forma de mandamento ou exortação, com o fim de que se faça alguma coisa. Neste sentido, o juízo apresenta a exigência da realização daquilo que se está exigindo ou mandado, não sendo uma expressão ou registro de um fato, como nos casos anteriores dos juízos enunciativos e preferenciais.

O autor ainda aborda os critérios de justificação moral em que estes são fundamentais ao juízo moral. Neste caso, o autor enfatiza que se deve levar em consideração que a norma moral não é absoluta, sobre-humana ou atemporal, mas, que deve ser visto como “um produto humano que somente existe, vale e se justifica como nexos das relações” (VÁZQUEZ, 1999, p.253).

Sobre a justificação social, o autor enfatiza que a moral desempenha a função social de garantir o comportamento dos indivíduos em um determinado grupo social, ou sociedade. Desta forma, os membros deste grupo se comportam conforme a norma estabelecida, e esta norma, são baseadas, nos interesses e necessidades sociais deste grupo. Por esta razão, o comportamento dos indivíduos é justificado pela norma, pois, de acordo com Vázquez (1999, p. 253):

Somente a norma que exige o comportamento adequado, ou seja, a que se ajusta a estes interesses e necessidades, justifica-se e é válida na comunidade social respectiva. A validade de uma norma é, portanto, inseparável de certa necessidade social. Se entra em contradição com ela, será inoperante e, por conseguinte, não se justificará no âmbito da comunidade em questão.

Desta forma, é essencial que as normas sejam inseridas tanto num contexto social quanto em uma comunidade, para que os atos dos indivíduos sejam justificados.

A justificação prática, sobre esta forma de justificação o autor enfatiza que as normas implicam no seu cumprimento, ou seja, na realização, sendo esta, um guia para a realização destes atos, os atos morais. Porém, como toda norma moral, exige-se certas condições reais para haja o cumprimento das normas. Se caso não haja as condições para a realização, a norma não será realizada e, portanto, não será justificada.

No que concerne a justificação lógica, o autor afirma que não existe normas isoladamente, mas estas formam parte de um conjunto, nas quais constituem o que se chama de código moral da comunidade, grupo ou sociedade. E este, se caracteriza pela não contraditoriedade das normas e pela coerência interna.

Desta forma, uma norma é base para outra, não sendo contrárias, como também, com os valores e com a norma fundamental que rege todo o código moral. Neste sentido, todos estes aspectos são totalmente interligados e articulados, não caindo em contradição alguma. Para que haja a justificação lógica de uma norma, Vázquez afirma que “uma norma se justifica logicamente se demonstra a sua coerência e não contraditoriedade com respeito as demais normas do código moral no qual faz parte” (1999, p. 256).

Sobre a justificação científica, uma norma se justifica cientificamente quando as normas morais são baseadas em conhecimentos científicos, ou compatíveis com os mesmos. Assim sendo nesse contexto, as normas precisam ser elaboradas com base em conhecimentos de várias ciências, desde que estes contribuam para o comportamento moral dos indivíduos, como também, as normas estejam num nível compatível a estes conhecimentos. As ciências nas quais apresentam contribuições como psicologia, filosofia, sociologia etc., abordam conhecimentos a respeito das normas que poderão ser estabelecidas. Nesta

perspectiva, “[...] somente se poderá justificar cientificamente se fundada em conhecimentos científicos e compatíveis com o nível que estes mantêm no momento em que a norma é formulada” (VÁZQUEZ, 1999, p. 257).

Sobre a justificação dialética, Vázquez (1999, p. 258) enfatiza que:

Uma norma ou código moral não pode ser considerado algo imóvel e fixo, mas dentro do movimento ascensional no qual explicam toda a sua riqueza. Neste sentido, na medida em que uma norma ou código se apresenta como um degrau ou uma fase deste processo de universalização da moral, e não como algo estático e imutável, é possível falar de uma justificação dialética.

Portanto, compreende-se que a essência da justificação dialética é o progresso moral dos indivíduos em uma determinada sociedade, visto que, não se pode considerar a moral como algo que não está sujeito à mudanças, já que a moral é mutável e progride de acordo com contexto histórico social da sociedade. Por esta razão, é que a moral se justifica dialeticamente, por haver o processo de mudança moral bem como o seu progresso.

4 OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE QUE É CONDUTA MORAL OU MORAL

A conduta moral do ser humano, especificamente a criança, é algo que necessariamente precisa ser trabalhada, seja no convívio familiar, seja na escola, visto que, conforme os PCN, a função da escola não é apenas formar cientificamente seus educandos, mas também para serem cidadãos, e, além disso, a escola deve pensar em que tipo de sujeitos se pretende formar, vislumbrando o futuro da sociedade em que estes sujeitos serão participantes e atuantes.

Portanto a escola possui grande importância e um relevante papel para a formação de um sujeito capaz de agir, moralmente falando, de forma autônoma, um sujeito crítico e reflexivo, político, participativo, para desta maneira possibilitar um futuro melhor para a sociedade.

A sociedade está em crise quanto à existência de valores morais na vida dos indivíduos, pois, Libâneo (2004), enfatiza, que a sociedade contemporânea esta enfrentando uma crise ética, logo, é cabível compreender, que a sociedade enfrenta não apenas uma crise ética, mas uma crise moral, em que, segundo Vázquez, (1999), a ética tem como objeto de estudo a moral, no sentido de que uma não existe sem a outra, e que ambas são indissociáveis. Logo não se trata apenas de uma crise ética, mas uma crise moral.

Percebe-se em meio às relações, interpessoais, nos diversos tipos de convívio social, a inexistência de respeito ao outro, ou seja, não há mais valorização dos indivíduos como seres humanos, num sentido humanístico, em determinados grupos sociais. Neste sentido, Libâneo (2004, p.3) afirma que “o mundo contemporâneo convive com uma crise de valores, predominando um relativismo moral baseado no interesse pessoal, na vantagem, na eficácia, sem referencia a valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia, o respeito à vida”. Eis aí o que seria essa crise ética, na qual é motivo suficiente para que a escola reflita e reveja seu papel diante da sociedade moderna.

Falar sobre a conduta moral dos indivíduos e seu processo de construção, nos remete a falar primeiramente de consciência e, conseqüentemente, a consciência moral.

A primeira, de acordo com Meneses (2008, p. 1), é tida como consciência psicológica, “trata-se da autoconsciência, o conhecimento do próprio eu e dos estados e actos, é presença do eu a si mesmo”. Desta forma, ser consciente é

conhecer a si mesmo e os atos que se comete, ou seja, as formas pelas quais somos capazes de agir em diversas situações, as atitudes que são tomadas diante de determinadas situações. Outra perspectiva abordada sobre consciência, segundo Meneses (2008), é definida como sendo a característica geral da vida, em que o indivíduo, sabe sobre seus atos, e estes estão ligados a intencionalidade sobre alguém ou alguma coisa.

Nesta perspectiva, a consciência envolve intencionalidade de determinada ação humana, sobre alguém ou alguma coisa. Portanto, existe nos indivíduos, uma consciência que determina as atitudes ou ações do sujeito.

Ainda nesta perspectiva, Meneses (2008, p.3) distinguiu consciência e consciência moral. A consciência é caracterizada como função biológica crítica do ser humano, que permite que o mesmo obtenha diversificados conhecimentos, e estes estão relacionados também aos sentimentos. No entanto, “o conhecimento da tristeza ou alegria, sentir dor ou prazer, vergonha ou orgulho, chorar a morte o amor que se perdeu, esta consciência se refere também ao conhecimento de qualquer objeto ou ação atribuídos a si”, enquanto que, a consciência moral, se refere ao bom e ao mal, que estão presentes nas ações ou objetos.

Desta forma, todas as ações morais do indivíduo estão sempre ligadas ao bem ou ao mal, isto, conforme a formação moral que cada indivíduo exerce sobre suas ações, como bem afirma Meneses (2008, p. 3) “a consciência moral é apreciação do valor moral dos atos que o sujeito pratica e a compreensão que o sujeito tem de si mesmo como ser que deve agir bem”.

Viver moralmente cabe ao sujeito, agir conscientemente nas diversas situações, visto que, quem atua moralmente, sabe o que faz, e é consciente de suas ações, pois, conhece a si mesmo, como afirma Meneses (2008, p. 4) “a vida moral tem como pressuposto que quem age moralmente sabe o que faz (até certo ponto pelo menos), o que pretende ao fazer se o que faz é bom ou mal se é lícito ou ilícito”, sendo ainda “a capacidade de conhecer e julgar sobre bondade ou maldade, licitude ou ilicitude moral das ações em geral das que o próprio indivíduo faz em particular”. Conforme a afirmação de Meneses (2008), o indivíduo que age moralmente, possui grande capacidade reflexiva sobre suas ações, assim como também, as julga sobre a bondade o maldade, sendo esta, uma característica típica da ação consciente.

Contudo, o sujeito também possui característica de advertir apreciar e julgar os comportamentos de outros. As advertências e apreciações se referem aos

projetos de vida e decisões tomadas pelo indivíduo, portanto Meneses (2008, p. 4) esclarece que “a consciência moral é a consciência na sua função de advertir e apreciar as valorizações implicadas nos nossos projetos e decisões”. No que se refere ao julgamento moral, afirma Meneses (2008, p. 4), que, “[...] a consciência moral diz o que deve ser, fala em imperativo e conseqüentemente, julga os comportamentos da pessoa”.

Ainda refletindo sobre o que é moral, segundo Galvão (2010, p. 23) Kant define a moral como:

Ser “moral” implica pensar nos outros, em qualquer outro, na humanidade... Ser “moral” implica ter vontade: querer e raciocinar além do próprio eu... Ser “moral” implica perder vantagens imediatas para si, em prol de outros que nunca conheceremos... Às vezes, implica até sermos revolucionários, sermos contrários as leis que nos humilham, as leis que nos tornam submissos, sem dignidade.

Na perspectiva abordada por Kant, o sujeito moral possui a capacidade de se colocar no lugar do outro, e não se porta individualmente de forma egoísta, pelo contrário respeita o outro e pensa no outro, em qualquer instância atitudinal dele, e em qualquer situação, pois, o mesmo julga as ações cometidas ou as atitudes do outro, se projetando no lugar dele, ou seja, se colocando no lugar do outro.

Em se tratando da conduta moral, não se pode descartar que os indivíduos convivem socialmente e constroem relações. Nesta perspectiva de socialização e convivência em sociedade, por meio das diversas relações. Afirma Meneses (2008) que alguns estudiosos como Marx, Nietzsche, e Freud, ao falarem da base fundamental da conduta moral que é a consciência, eles afirmaram que a mesma possui grandes influências, originadas dos aspectos sociais como: os fatores externos provindos do social humano conforme Marx, os avatares da vontade de poder conforme Nietzsche, e o inconsciente conforme Freud.

Segundo Meneses (2008), para Marx a consciência do homem depende das circunstâncias. Neste sentido, a consciência humana é formada de acordo com o contexto social em que o indivíduo está inserido.

Na perspectiva de Nietzsche, a consciência do indivíduo esta relacionada à vontade de poder, enquanto que, Freud, considera que a consciência esta relacionada ao caráter impulsional e libidinoso do ser humano.

Há, portanto, diversas concepções acerca da conduta moral a ser construída pelos indivíduos. No entanto, percebe-se que é um aspecto que se constrói paulatinamente, na medida em que vai se adquirindo consciência, conforme o desenvolvimento da maturidade cognitiva do indivíduo e conforme o meio social no qual o sujeito está inserido.

5 A CONSTRUÇÃO DA CONDUTA MORAL DA CRIANÇA

A construção da conduta moral da criança se dá a partir da socialização e interação com seu próximo dentro da família e na sociedade, estabelecendo-se entre eles em suas relações um elo de respeito. Para Lima (2011), na visão de Piaget, a moralidade vai se constituindo a partir da autoridade em que os adultos e os mais velhos exercem sobre a criança, impondo assim, sua autoridade por meio de normas e regras sobre as mesmas, regras estas que são denominadas por Bee (2003) de convencionais e morais.

É relevante considerar que a criança quando nasce se insere em um mundo organizado, em que as normas e regras de comportamentos já estão estabelecidas, e o seu entorno repleto de adultos. É, pois, por meio da interação e socialização com os adultos que a criança vivenciará experiências e conhecerá como funcionam as relações em sociedade, aprenderá a conviver neste meio, construirá sua consciência, seus conceitos, valores e etc. É por esta razão que Lima (2011, p. 15) afirma que “[...] a moralidade, o respeito mútuo e a cooperação não são inatos, mas construção social”.

No que concerne aos conceitos sobre regras morais e convencionais, Bee (2003) afirma que as regras convencionais são aquelas que são criadas por um determinado grupo, de uma determinada cultura. Um pequeno exemplo disso são as normas de uma escola sobre o uso de uniformes. Enquanto que as regras morais são aquelas vistas como universais e obrigatórias. Estas têm como princípios fundamentais garantir o direito do outro um exemplo desse tipo de regra é não agredir o outro fisicamente, pois esta é vista como regra moral.

Lima (2011) enfatiza que na medida em que a criança vai desenvolvendo, no que se refere a sua capacidade cognitiva, ela começa a entender estas regras e normas; porém, é somente com base na punição recebida pelos adultos a sua volta, que vai se constituindo na criança as concepções de certo ou errado. É também a partir deste momento que elas passam a julgar seus comportamentos, como sendo certo ou errado, pois elas entendem que a punição acontece quando se comete algo errado.

As fases de desenvolvimento moral estão totalmente ligadas às fases de desenvolvimento cognitivo e motor da criança. Com isto, estas regras passam a ser entendidas, assimiladas e aceitas pela criança, na medida em que ela se desenvolve

cognitivamente. No entanto, conforme seu desenvolvimento cognitivo, reflexivo, a criança adquire entendimento e passa a respeitar e aceitar as regras estabelecidas.

3

Quando a criança vai atingindo determinada idade, também compreende que as regras convencionais devem ser seguidas somente em determinados lugares ou ambiente, visto que são regras criadas por um determinado grupo, para determinado ambiente e com determinado fim. Neste caso, somente quando elas estão em determinados grupos sociais e em determinados lugares fazem o cumprimento das regras e entendem que em outros momentos não é necessário segui-las, como exemplo disso, a farda escolar, que só é necessário ser usada durante o momento de ir à escola.

O desenvolvimento moral da criança foi estudado por Piaget. Segundo Bee (2003) ele foi o primeiro a oferecer uma descrição do raciocínio moral da criança a partir da observação do comportamento moral delas, partindo da fase de desenvolvimento em que as mesmas se encontravam. Piaget concluiu seus estudos sobre o julgamento moral da criança a partir do comportamento das mesmas, durante suas observações enquanto as crianças jogavam bolinhas de gude.

Esta foi uma das formas, em que ele obteve resultados aos estudos sobre como se dá o desenvolvimento moral da criança. A partir de então, Piaget aponta quatro estágios e três períodos de desenvolvimento da criança relacionada à prática das regras durante um jogo de bolas de gude: a anomia, heteronomia e autonomia. Estas fases de desenvolvimento moral estão ligadas aos estágios de desenvolvimento da criança.

Com base nos estudos de Piaget, Lawrence Kohlberg refletiu a questão da moralidade infantil de uma forma mais aprofundada. Segundo Lima (2011, p.9):

Kohlberg foi um estudioso de Piaget e partiu daí sua teoria, mas ampliou as estruturas e modificações cognitivas das fases de desenvolvimento moral até aos 21 anos de idade, dividindo-as em 06 estágios por 03 períodos: pré-convencional, convencional, e pós-convencional. Só uma minoria dos adultos atinge a 6 fase, a fase dos princípios morais universais.

O primeiro período, da moralidade, denominado de pré-convencional, corresponde ao 1º e 2º estágio observado por Kohlberg. E este nível, para Piaget,

³ Segundo Cavicchia (S/D, p. 4) “O caminho a ser percorrido na construção da inteligência humana, que vai do período sensório motor (0 a 2) anos aos períodos simbólico ou pré operatório (0 – 7 anos), lógico – concreto (7 – 12 anos) e formal (12 anos em diante)”.

de acordo com Lima (2011), é a fase do 1º estágio denominada por ele de anomia, em que este corresponde à faixa etária de idade até os dois anos.

Este estágio, para Piaget, é o estágio motor individual em que a criança manipula os objetos para sua própria exploração. (LIMA, 2011). Nesta perspectiva, durante o jogo de bolinha de gude, as crianças simplesmente manipulavam as bolinhas para conhecê-las e utilizá-las diversificadamente. Desta forma, a criança estabelece rituais adaptativos que são próprios da fase sensório-motora.

Para Kohlberg, segundo Bee (2003), este período é denominado por ele de pré-convencional a criança se enquadra em dois estágios, o 1º caracterizado por “Orientação para a punição e obediência”. A criança define sobre o certo e o errado através das punições sobre as ações cometidas por elas. Enquanto que no 2º estágio em que a criança passa ainda neste mesmo período, é caracterizado pelo individualismo, propósito instrumental e troca em que criança segue as regras de acordo com seus interesses, e ela cumpre com as regras visando resultados que sejam agradáveis.

O segundo período corresponde ao convencional denominado por Kohlber. Segundo Bee (2003), neste período os estágios pelos quais a criança passa, são o 3º e o 4º. Já para Piaget, segundo Lima (2011) este corresponde ao 2º estágio denominado por ele de heteronomia⁴, e corresponde à faixa etária entre dois e seis anos.

Este estágio para Piaget, segundo Lima (2011), caracteriza-se pelo egocentrismo em que a criança socializa-se com o outro, porém, busca que todas as atenções, sejam voltadas para si. Nesta perspectiva, o Eu é predominante sobre todas as ações.

Enquanto que para Kohlberg segundo Bee (2003), neste período, denominado de convencional, o 3º estágio no qual pertence a este período é caracterizado pelas expectativas e relacionamentos interpessoais mútuos e conformidade interpessoal.

Neste estágio, a criança se preocupa em demonstrar para os outros que ela é uma pessoa boa, desta forma, suas ações estão de acordo com as expectativas da família ou de grupos que para ela são importantes, como por exemplo os amigos. Segundo Bee (2003), para Kohlberg o 4º estágio pertencente a este período, se

⁴ Subordinação de um indivíduo ou grupo a uma lei ou vontade externa.

caracteriza como sistemas de consciência sociais. Neste estágio, a criança considera que as ações morais, são definidas por grupos morais mais amplos ou pela sociedade em geral.

Desta forma, todas as regras e leis impostas, devem ser seguidas por todos, a não ser em casos mais complexos.

Segundo Bee (2003), o 3º período corresponde ao da moralidade de princípios ou pós-convencional, assim denominado por Kohlberg. Neste período a criança passa pelos 5º e 6º estágios. Enquanto que para Piaget, segundo Lima (2011) este período corresponde ao 3º e 4º estágios em que a criança esta na faixa etária da idade entre sete e 12 anos, se caracteriza pela compreensão que ela passa a ter das regras. A partir dessa compreensão, ela passa a aceitá-las desde que todos ao seu redor busquem cumprí-las também.

No 4º estágio, a criança começa a organizar seus pensamentos, é aí onde surge a autonomia⁵ denominada por Piaget; elas se tornam dispostas à mudança, mediante acordo de todos a sua volta, como também, busca interagir quanto às regras.

Enquanto que para Kohlberg, segundo Bee (2003), neste nível pós-convencional a criança passa pelos estágios: o 5º em que se caracteriza pelo contrato ou utilidade social, e direitos individuais.

Neste estágio, a criança ou adulto atinge o período da moralidade cognitivamente bem elaborada, suas ações se baseiam em fazer o bem ao número maior, as leis devem ser seguidas para que a ordem social se mantenha harmoniosa, embora, elas compreendam que são modificáveis e os valores são relativos, mas, além disso, ainda há falhas na importância de determinados valores, como a importância da vida e da liberdade de cada pessoa.

E o 6º estágio em que é caracterizado por Kohlberg, segundo Bee (2003), pelos princípios éticos universais, este é o nível mais alto da moralidade, em que só pouquíssimos adultos conseguem chegar. As ações morais se baseiam em princípios de valores éticos e universais, em que são extremamente examinados e articulados cuidadosamente, e de forma autônoma para serem constantemente e rigorosamente seguidos.

⁵ Situação de quem tem liberdade para pensar, decidir e agir.

A partir dos períodos e estágios abordados tanto por Piaget quanto por Kohlber, percebe-se, que os dois estudiosos partiram de uma mesma perspectiva. Sendo uma linha de pensamento em comum sobre o desenvolvimento da conduta moral da criança. Segundo Bee (2003), para Kohlberg este desenvolvimento é um nível de raciocínio universalmente e hierarquicamente organizado. Assim como para Piaget, se afirma o mesmo, que os estágios cognitivos eram universais e hierárquicos. Ou seja, a construção moral da criança se dá de forma hierárquica⁶.

Neste sentido, conforme a criança vai se desenvolvendo cognitivamente, ela começa a construir os conceitos sobre moral, a partir das reflexões que ela faz sobre as conseqüências das ações cometidas, em que estas ações são mediatizadas pelos adultos a sua volta.

Segundo avaliação de Lima (2011, p. 10), tanto a obra Kohlbergiana quanto a Piagetiana, “tem como preponderantes a compreensão da justiça como princípio universal da moralidade não deve causar espanto, já que ambos se inspiraram em Kant, cuja orientação moral traz a marca da justiça e do racionalismo”.

O que se conclui sobre os estudos sobre os estágios de desenvolvimento morais de Piaget, segundo Lima (2011), é que existem três tipos de regras que são elas: Regra motora, regra coerciva e regra racional. A regra motora é identificada durante a fase pré-verbal da criança, em que a mesma ritualiza suas ações sobre os objetos, na busca em conhecê-los.

A regra coercitiva é caracterizada pela fase em que a criança vê as regras como normais, imutáveis, por serem impostas pelos adultos que são superiores a elas, e devem ser cumpridas a rigor.

A regra racional é caracterizada como sendo mutável, de acordo com a aceitação do grupo social, e é aí em que a criança exerce a função autônoma sobre as ações, de cumprí-las ou não, a depender da situação.

Com seus estudos, Piaget também descobriu dois tipos de Responsabilidades nas crianças, a responsabilidade objetiva e a subjetiva, em que geralmente a criança mais nova aplica em suas ações determinado grau de responsabilidade, que é a objetiva, enquanto que, a mais velha aplica à subjetiva. (LIMA, 2011). Percebe-se, evidentemente, que uma é decorrente da outra, estas estão relacionadas completamente ao desenvolvimento moral das crianças.

⁶ Subordinação em diferentes graus ou categorias.

Especificando cada uma das responsabilidades e as distinguindo, a objetiva, de acordo com Piaget, é quando o indivíduo julga seus atos pelas conseqüências, e não pela intenção. A subjetiva é o momento em que a criança se desliga de seu individualismo ou egocentrismo, e começa a perceber determinada intencionalidade dos atos, porém, visando acordo mútuo, recíproco, algo em troca da boa ação. (LIMA, 2011).

Outro aspecto importante descoberto por Piaget a partir de seus estudos, sobre o desenvolvimento moral da criança, é sobre as noções de justiça, que também estão completamente relacionadas à moral dos indivíduos. (LIMA, 2011).

Em seus estudos, foram distinguidos três tipos de justiças, que são elas: A justiça imanente, justiça retributiva, e a distributiva. A imanente é aquela em que a criança acredita fielmente que está presente nas ações dos adultos, e elas as vê como sagradas e imutáveis.

A retributiva é aquela, em que a criança entende como sendo a correção através da punição, sobre todo ato fora das regras, na mesma medida do cometido. Neste sentido, todo ato deve receber a punição de modo igual, ao mesmo nível do que foi cometido, ou seja, sob a mesma medida.

A distributiva é contrária a anterior, está ligada a compensação ao ofendido, ao que foi prejudicado, neste tipo de justiça, também se considera as conseqüências dos atos, mas, além disso, as condições e intenções do ato.

Ao entender sobre estes aspectos de responsabilidade e justiça, percebe-se, o quanto que o adulto tem participação sobre a construção da conduta moral da criança, através das ações sobre as mesmas, e as influências destas ações, pois, como bem afirma Lima (2011, p. 12):

Inicialmente, o adulto exerce um controle externo sobre o juízo moral da criança. São as coisas exteriores, a ordem dada pelo adulto, os exemplos dos mais velhos nas brincadeiras, as cópias, os modelos que obrigam o indivíduo a selecionar seus comportamentos em face de sua aceitação ou participação no grupo.

Tendo em vista o pressuposto de que a conduta moral da criança é construída a partir da interação e socialização com os adultos, ou seja, socialmente. Todas as noções morais que a criança constrói, conforme seu desenvolvimento cognitivo, parte do que os adultos a sua volta ensinam. É neste processo de

amadurecimento cognitivo, e de ensino, que a criança vai construindo a consciência e conseqüentemente, a consciência moral, pois,

Por si só o indivíduo não é capaz desta tomada de consciência e também não estabelece normas sem um parâmetro. Esta se dá com segurança na convivência entre os indivíduos, na discussão que fazem da validade das normas existentes, do que levam em conta para estabelecer novas regras. (LIMA, 2011, p. 13):

Relacionando a moral heterônoma ao cumprimento das regras e das normas pelas crianças, estas, por desejarem serem aceitas e agradáveis aos adultos, não os questionam. É aí que se estabelece o respeito unilateral entre ambos, e é também neste aspecto, de acordo com Piaget que se configura a “moral heterônoma”, que se estabelece na criança por intermédio e mediação do adulto. (LIMA, 2011).

Enquanto que a outra moral, denominada de autônoma, acontece na criança a partir do avanço cognitivo de seu raciocínio lógico, segundo Lima (2011, p. 12) “ao passo que a capacidade de raciocínio lógico e reversível e as estruturas vão se estabelecendo e possibilitando uma tomada de consciência sobre a forma como as regras vão sendo construídas e a possibilidade de mudá-las”.

Desta forma, a consciência é o ponto de partida para a constituição e para a construção da conduta moral da criança, embora, desde cedo à criança em suas interações com adulto vem adquirindo e processando as regras e normas recebidas, porém, a capacidade cognitiva ainda não está completamente madura, para que as reflexões sobre essas regras e normas aconteçam. No entanto, é com a reflexão sobre as regras e normas que ela agirá moralmente, e se tornará autônoma.

Na chegada da autonomia moral, a criança é movida ainda por seu desejo de ser respeitada, com relação as suas opiniões, mas, para tanto, ela percebe que para que ela seja respeitada é necessário, primeiramente, que ela respeite as regras e as normas dos que estão a sua volta, surge então o respeito mútuo a partir da necessidade de cooperação, principalmente, em momentos de brincadeiras, entre ela e os adultos. Percebe-se então avanços cognitivos e reflexivos na criança.

É neste momento de interatividade, que ela também rompe com seu conformismo e com as regras, e age reciprocamente, em condição ao adulto em respeito mútuo, como bem afirma Lima (2011, p. 12) “o desejo de respeitar e ser respeitada em suas opiniões se estende dos companheiros de brincadeiras aos

adultos. A criança rompe com seu conformismo com as regras e estabelece uma condição de liberdade da personalidade”.

Portanto, a criança constrói a conduta moral mediante seu desenvolvimento cognitivo, por meio das interações, ou seja, socialmente. No entanto, não é um aspecto inato, porém paulatinamente vai se construindo, constituindo e se estabelecendo conforme seu desenvolvimento, em que a mesma vai se constituindo e vivenciando as fases de desenvolvimento moral.

6 O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONDUTA MORAL DA CRIANÇA

A partir do entendimento de que a conduta moral da criança é um processo de construção social, no qual, a moralidade se constrói a partir do convívio e das relações que o sujeito estabelece com o outro, em sociedade, como bem afirma Lima (2011, p. 15) que “[...] a moralidade, o respeito mútuo e a cooperação não são inatos, mas construção social”. Cabe refletir, sobre a importância do papel da escola frente a este processo, visto que, a escola faz parte da vida da criança, assim como a família, e os grupos sociais dos quais ela participa. Além disso, qual o papel da escola neste processo? E que função social esta possui? Neste sentido, Longhi e Bento (2006, p. 175) afirmam que:

A escola é uma parceira na educação das crianças, é uma das instancias responsáveis pela formação humana não a única. A família é geralmente, a primeira que estabelece uma relação entre a criança e o mundo. Concepções, valores, comportamentos que a criança desenvolve estão relacionados com essa experiência ou com a falta dela.

Nesta perspectiva, a escola exerce um papel fundamental na vida da criança, em que a mesma também possui a função de proporcionar uma formação humana em que os valores e concepções precisam ser ensinados. Além disso, de acordo com as Políticas Nacionais da Educação Infantil (2006), a criança de 0 a 6 anos, ou seja, logo em seus primeiro anos de vida, se insere na escola como direito, ocupando a maior ou uma parte de seu tempo a escola.

É cabível refletir aqui: se, pois, a criança da escola ou creche pública ocupa maior parte de seu tempo nestes espaços e os pais trabalham o dia todo, logo, esta criança perde seu convívio com os pais, descarta-se, então, a possibilidade de receber uma educação moral no seio familiar. É por esta razão que a escola é importante na formação da conduta moral da criança.

Se, pois a criança não recebe esta educação no seio familiar, e tampouco na escola, como será a sociedade em um percurso de 20 anos? Reafirmo conforme Longhi e Bento (2006), que a escola deve ser parceira nesta educação e não a única instância cabe a ela cumprir com a função social para a qual ela foi designada.

Nesta perspectiva, levando em consideração uma das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para até 2020, que é “a formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade” (PNE, 2014, p.1). Compete também à educação desenvolver um trabalho dentro da escola, que vise formar a criança de acordo com estes princípios acima citados, no qual a construção moral faz parte.

Nesse contexto, a formação do professor é essencial ao desenvolvimento deste trabalho. Então, deverá o professor, bem como, todo o corpo docente e administrativo da escola, ter conhecimentos, que propicie desenvolver, no âmbito escolar, um trabalho voltado para a construção moral da criança.

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN), no qual os temas transversais são abordados, em que nestes está incluído a ética, é um meio fundamental ao trabalho voltado para a construção da conduta moral da criança. Este é de total relevância a fundamentação da prática educativa, pois, o mesmo orienta aos professores, como se deve proceder a forma de trabalho educativo no âmbito escolar.

Porém, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não trazem a questão moral em si, ou seja, não trata da moral especificamente. Mas, é através do tema ética, que os aspectos da conduta moral dos educandos serão desenvolvidos ou construídos, como por exemplo: o respeito mútuo, a justiça, diálogo, solidariedade, cidadania e etc. Visto que o principal objetivo dos PCN é que o educando seja capaz de:

Compreender a cidadania como participação social política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (BRASIL, 1997, p. 3).

Sabendo deste aspecto, que é relevante não só para a educação básica, mas, para a educação de um modo geral, partindo da educação infantil. É necessário que a escola tenha uma preocupação com o desenvolvimento moral das crianças, visto que, este espaço, apresenta total influência aos comportamentos que a mesma terá na idade adulta, pois, muitas vezes é somente neste espaço, que a mesma deve estar construindo seus valores morais, no sentido de não ter apoio familiar e sendo inserida na creche logo nos primeiros anos de vida.

Considerando também, que este processo de desenvolvimento moral, se dá de acordo com o desenvolvimento cognitivo, iniciado desde a primeira infância. É relevante então, que a escola busque trabalhar este aspecto, principalmente pelo fato de que ela tem um papel importante dentro da sociedade e uma função social, que é formar cidadãos que sejam capazes de cumprir a plena cidadania. É, pois, relevante que mediante este reconhecimento de seu papel, a mesma tenha a preocupação em desenvolver dentro da escola este aspecto visto que é tão importante ao ser humano e a sociedade.

A escola deve, portanto, procurar ter esta visão da importância de se trabalhar a construção moral da criança, para que a criança, quando dentro do âmbito escolar, deve obter experiências que contribuam para a sua construção moral. Piaget aponta algumas propostas de educação moral, e uma educação moral é bem trabalhada quando a criança participa de experiências morais através do ambiente, proporcionado pela escola. (LEPRE, 2006)

Para isto, é importante que a criança esteja em contato com outras crianças, e que elas possam experienciar a cooperação, a democracia, o respeito mútuo, para que dessa forma, elas venham construir, paulatinamente, os valores morais.

Segundo Lepre (2006), o trabalho voltado para a construção moral da criança no âmbito escolar proposto por Piaget, não se trata da inserção de uma matéria especial de ensino, nem tampouco aulas de educação moral, mas, a escola deve buscar uma forma para que a criança venha vivenciar a moralidade em todos os ambientes ou espaços da escola.

Ainda nesta perspectiva proposta por Piaget, o método mais efetivo para se trabalhar a educação moral, é o ativo, em que educar uma criança moralmente é proporcionar a elas situações em que a criança possa vivenciar de fato a cooperação, a reciprocidade e o respeito mútuo, com o objetivo de que a mesma venha construir sua autonomia.

Outro aspecto importante no trabalho voltado para a construção moral na proposta de Piagetiana é a educação internacional, a educação da solidariedade, que objetiva a constituição de um espírito novo de colaboração e de justiça, que torna os indivíduos susceptíveis de cooperar independentemente das divergências de raças e nacionalidades. (LEPRE, 2006).

O *self-government* é outra proposta de Piaget para o trabalho da construção moral da criança na escola. Segundo Lepre (2006), esta proposta surgiu, a partir da

observação das relações que unem professores e alunos. Este aspecto foi analisado, a partir do ponto de vista do egocentrismo do indivíduo, da coerção dos mais velhos e da cooperação entre os iguais.

Nesta perspectiva, o *self-government* é um procedimento da educação social que tende, como todos os outros, a ensinar aos indivíduos a sair de seu egocentrismo para colaborarem entre si e a se submeter a regras comuns. Portanto Piaget afirma que “unicamente a vida social entre próprios alunos, isto é, um autogoverno levado tão longe quanto possível e paralelo ao trabalho intelectual em comum, poderá conduzir a esse duplo desenvolvimento de personalidades donas de si mesmas e de seu respeito mútuo” (PIAGET, 1976, p. 71).

A escola precisa atentar para a crítica que Piaget faz ao modelo de educação atual e a sua despreocupação com o futuro da sociedade, quando ele nos propõe a seguinte reflexão:

Porventura se pretende formar indivíduos submetidos à opressão das tradições e das gerações anteriores? Nesse caso bastam a autoridade do professor e, eventualmente, as “lições” de moral, com sistema dos encorajamentos e das sanções punitivas para reforçar essa moral da obediência. Pretende-se, pelo contrário, formar simultaneamente consciências livres e indivíduos respeitadores dos direitos e das liberdades de outrem? Então é evidente que nem a autoridade do professor nem as melhores lições que ele possa dar sobre o assunto serão bastante para determinar essas relações intensas, fundamentadas ao mesmo tempo na autonomia e na reciprocidade. (PIAGET, 1976, p. 71).

Desta maneira é pertinente que a escola, bem como os educadores não permaneçam mais em sua zona de conforto, em pleno comodismo, enquanto a sociedade se desmorona moralmente; cabe refletir em que tipo de sujeito se pretende formar e que para a mudança não basta apenas pensar, mas agir. Em primeiro lugar, aqueles que fazem a educação devem buscar conhecimento, qualificação profissional, capacitação, e a partir disto, buscar possibilidades de mudanças; no entanto, este processo implica conhecer a dicotomia na qual a moral se fundamenta que é a autonomia e a reciprocidade.

Piaget aponta em sua obra “Para onde vai a Educação” a seguinte indagação: “quais são os meios de que dispõe o educador para alcançar esse duplo fim, meios proporcionados quer pela natureza psicológica da criança, quer pelas relações que serão estabelecidas entre ela e os diversos membros de sua roda?” (PIAGET, 1976, p.72).

Para responder a esta questão Piaget (1976) enfatiza que há diversos tipos de sentimentos e tendências afetivas nas quais são da própria natureza humana, e que se apresentam inicialmente na constituição mental da criança; no entanto, elas se elaboram em estreita conexão com o meio social e são, pois importantes no processo de formação dos sentimentos morais, estacando-se, entre eles a necessidade de amor.

Neste contexto, o educador deve sempre ter como fundamento para suas práticas pedagógicas, o pleno desenvolvimento da personalidade humana; porém compreender que, para tanto, a autonomia, a reciprocidade e uma educação de consciências morais jamais aconteceria em um ambiente arraigado de autoridade e de opressão moral e intelectual.

Há sim, possibilidades de uma educação voltada para a construção moral da criança, mediante as propostas educativas supracitadas. No entanto, é necessário em primeiro lugar que a escola reconheça sua função social, que os professores, sejam capacitados para desenvolver este trabalho e que ambos sejam parceiros da educação das crianças e das famílias, com um o objetivo social no presente vislumbrando o futuro da sociedade.

A escola possui grande importância neste processo de construção da conduta moral, visto que é um espaço no qual faz parte da vida das crianças, bem como os docentes que nela atuam. A escola e os professores são referenciais para a criança, sendo estas totalmente influenciadas por este espaço, pelos comportamentos e práticas dos docentes realizadas em sala de aula.

7 METODOLOGIA

Na primeira parte da monografia, foi desenvolvido o referencial teórico. Através dos estudos dos textos buscou-se construir todo referencial e fundamentação teórica do trabalho acerca de como as práticas docentes repercutem na conduta moral e/ou na construção desta, das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A pesquisa foi desenvolvida, mediante a busca de conhecimentos acerca do tema, a partir de reflexões acerca dos estudos referentes ao tema, em materiais bibliográficos. Segundo Matos (2002, p. 40) esta “é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, sobre o tema que desejamos conhecer.”

Na segunda parte, a pesquisa propriamente dita, optou-se por uma pesquisa de tipo qualitativa, que segundo Oliveira (2010, p. 37), a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa é entendida como:

Sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva.

Segundo Oliveira (2010), a pesquisa qualitativa é caracterizada pelos seguintes aspectos ou principais características:

- O ambiente natural como fonte direta de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental;
- A pesquisa qualitativa possui caráter descritivo;
- O pesquisador se preocupa com os significados que os informantes atribuem às coisas e à vida;
- Possui também enfoque indutivo.

Sendo assim, ao considerar as características supracitadas ainda é importante ressaltar que este tipo de pesquisa necessariamente delimita o espaço, o tempo e o lugar, ou seja, período, data e lugar da coleta de dados. A partir dos estudos acerca da pesquisa qualitativa, de suas características, estrutura, e conceito, é que constatamos que esta se enquadra com a proposta do trabalho, no

que se refere ao instrumento de coleta de dados, bem como, a metodologia do trabalho.

A partir dos estudos bibliográficos realizados acerca da construção da moral da criança, bem como, do papel ou a influência das práticas pedagógicas na construção da conduta moral e a forma como acontece o processo de construção moral da criança, evidencia-se a importância em se trabalhar os aspectos morais na escola, tendo em vista que esta é uma necessidade da sociedade atual, segundo Libâneo (2004), a sociedade contemporânea vem enfrentando uma crise ética, logo se entende por uma crise moral, no sentido de que a ética inexiste sem a moral, sendo esta, ciência da moral, ou seja, seu objeto de estudo, é neste sentido que trabalhar os aspectos da formação moral é uma necessidade atual.

Nesta perspectiva, se buscou com este estudo investigar como as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores dos nos anos iniciais do ensino fundamental, em uma determinada escola localizada no município de Cajazeiras, Paraíba, contribuem para a construção da conduta moral da criança naquela realidade escolar específica.

7.1 Os instrumentos da Pesquisa e roteiro de aplicação:

Em um primeiro momento foi realizada uma visita a uma escola pública Municipal, de Ensino Fundamental localizada na cidade de Cajazeiras/Paraíba, com o objetivo de apresentar e dialogar sobre uma possível realização da pesquisa naquela instituição. Nesta visita, foi esclarecido ao gestor da escola sobre o tema da pesquisa a ser realizada, a metodologia e instrumentos de coleta de dados utilizados, o período de tempo e os participantes necessários para sua realização. Foi apresentado também um documento de aceitação e autorização legal, para um melhor comprometimento de aceitação do gestor em realizar a pesquisa na escola.

Após a autorização do gestor para a realização da pesquisa, foi realizada uma reunião com os professores com o objetivo de apresentar e explicar como a pesquisa seria realizada (o tema investigado, o período de tempo, os participantes necessários e os instrumentos de coleta de dados).

Mediante o diálogo com os professores, foi discutido sobre a disponibilidade dos referidos a participarem da pesquisa, bem como, da possibilidade de dialogarem com seus alunos a respeito da realização da pesquisa e a disponibilização da

participação dos educandos de suas respectivas turmas, nos quais seriam três participantes (alunos) de cada turma e a cada professor para responderem aos questionários e participarem do jogo interativo.

No segundo momento, após a aceitação dos professores e dos educandos em participarem da pesquisa, foi realizada a observação da prática docente e comportamento moral das crianças na sala de aula, no quarto e quinto ano do ensino fundamental, durante o período de tempo de seis dias, em que a observação de cada sala aconteceu durante três dias. O período de observação teve início na segunda-feira, dia quatro de maio de 2015, no turno matutino às sete horas e finalizando às onze e quarenta e cinco da manhã, sendo a pesquisa finalizada na segunda-feira neste mesmo horário, no dia 15 de maio do decorrente ano.

Os professores e alunos foram observados em atuação na sala de aula mediante critérios de observação, nos quais são aspectos referentes à construção da conduta moral da criança.

Estes critérios de observação foram utilizados para a observação do comportamento tanto dos alunos, quanto da atuação e práticas pedagógicas dos professores realizadas em sala de aula. No entanto, os mesmos foram elaborados em relação com os objetivos a serem alcançados, em que estes estão expostos no item dois do referido trabalho. Desta forma, os critérios a serem observados seguem no quadro abaixo, (figura 1).

ASPECTOS DE OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E DO COMPORTAMENTO DOS DISCENTES:

1. Postura do professor diante de conflitos em sala;
2. Aspectos trabalhados relacionados à construção da conduta moral da criança em sala através dos conteúdos;
3. Abordagens específicas que colaboram ou contribuem para a construção da conduta moral da criança, ex: tempo da aula reservado para trabalhar: o respeito às regras e ao próximo, a cooperação, solidariedade, valorização do próximo, os relacionamentos interpessoais, cidadania, coletividade, justiça;
4. Regras e normas de conduta estabelecidas em sala;
5. Comportamento das crianças frente às normas e regras de conduta estabelecidas em sala;
6. Relacionamento aluno/aluno, aluno e professor.

Figura 1, (Anexos).

Ainda se referindo a coleta de dados destinada aos professores, ao finalizar o período de observação também foi realizada a aplicação de um questionário. Segundo (OLIVEIRA, 2010, p.83):

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral os questionários tem como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais.

Portanto, ao entender a definição do que é um questionário, é que se optou pela escolha de aplicá-los, considerando-o assim, um instrumento de coleta de dados de grande relevância para a pesquisa.

Desta forma, os professores foram solicitados a responderem a cinco questões, em que estas foram elaboradas conforme os objetivos expostos no item um do referido trabalho.

Os questionários (auto-aplicável) destinados aos docentes, presente nos anexos deste trabalho, foi entregue aos professores no ultimo dia de observação, na segunda-feira, para que eles respondessem em exercício domiciliar (em casa), e entregassem ainda na mesma semana da pesquisa. Além disso, foi esclarecido que os docentes ficassem a vontade para responderem seus questionários, porém que fossem entregues na segunda semana da pesquisa, na quarta-feira.

As questões abordadas nos questionários dos professores foram do tipo abertas, que segundo Oliveira (2010), o questionário pode ser constituído de questões abertas, e o informante deve ficar a vontade para formular sua resposta, e responder de forma ampla ou não. No entanto, todas as questões foram elaboradas conforme os objetivos presentes no item (1) deste trabalho, bem como, de acordo com referido tema pesquisado.

Na segunda semana foi realizada a pesquisa com os alunos. O instrumento de pesquisa utilizado com os educandos foram, a observação do comportamento em sala de aula mediante os critérios apresentados na figura 1, questionário e jogo interativo presentes nos anexos do referido trabalho.

No entanto, a observação do comportamento dos alunos, foi realizada durante o período de observação dos professores, de forma conjunta, na primeira semana

da pesquisa, em que os discentes foram observados juntamente com os professores em sala de aula. Os demais instrumentos de coleta de dados, como o questionário e o jogo interativo foram realizados na segunda semana.

A aplicação dos questionários aos alunos foi realizada em uma sala de aula separada para a efetivação da pesquisa com os participantes. A pesquisa com questionários iniciou-se na segunda-feira no turno matutino, entre 07:00 – 09:00 horas da manhã. Em um primeiro momento antes de solicitá-los que respondessem os questionários, foi explicada cada questão mediante as solicitações que cada era composta, no sentido de proporcionar um melhor entendimento aos alunos sobre o que estava sendo solicitado em cada questão.

Sendo assim, a pesquisa com os alunos foi realizada através de uma intervenção pedagógica, em que a observação foi realizada mediante critérios presentes na figura 1, referentes ao tema. Quanto ao questionário, este continha duas questões uma fechada outra aberta. Segundo, Oliveira (2010, p. 84), a questão fechada é caracterizada por ser um tipo de questão em que “o informante assinala os itens segundo seu ponto de vista”, porém, são questões que “existe uma limitação quanto à liberdade do informante, pois ele apenas assinala itens (sim, não, em parte...)”. No entanto, no que concerne as questões abertas se caracterizam pelo “fato de o informante ter total liberdade para formular suas respostas, [...] vejamos o seguinte exemplo: fale sobre sua experiência profissional” (OLIVEIRA, 2010, p.84).

Desta forma, as questões, para os alunos, foram elaboradas com o objetivo de investigar sobre o que as crianças consideram como certo ou errado e também de observar qual seria o posicionamento dos educandos mediante as situações abordadas.

A primeira questão abordava algumas imagens sobre as atitudes com relação ao próximo, que são tomadas no dia a dia, enquanto que a segunda questão abordava algumas situações para que os alunos descrevessem o seu posicionamento. Ao realizar a aplicação dos questionários para os alunos foi esclarecido que estes respondessem de forma autônoma e que se caso tivessem alguma dificuldade no entendimento das solicitações ou dúvida, ficassem a vontade para indagar sobre a dúvida.

Por fim, na última parte da pesquisa, foi realizado o jogo interativo em que as crianças foram observadas mediante os objetivos referentes ao tema, a aplicação ocorreu na quarta-feira entre 07:00 – 09:00 horas da manhã.

Se referindo ao jogo interativo supracitado, presente nos anexos, este foi elaborado mediante os objetivos a serem alcançados, e foi realizado na segunda semana da pesquisa na escola, na quarta- feira, em que teve início às sete horas da manhã e termino às nove horas. Antes da realização do jogo, foram explicadas aos alunos as regras do jogo e como era a brincadeira, para que eles tivessem um melhor entendimento sobre o jogo, como também foi esclarecido de que eles ficassem a vontade para brincar com seus colegas. O jogo se tratava da brincadeira “amarelinha”, ele tinha como objetivo observar o comportamento das crianças, com respeito às regras e a relação com os colegas.

Desta forma, foi realizada então, no segundo momento, a pesquisa de campo, em que esta, segundo Gonsalves (1985, p.67), é “o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. A pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto”, de tipo exploratória, que “se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” (GONSALVES 1985, p. 65).

7.3 Participantes

De acordo com o tipo de pesquisa adotado, do tipo qualitativa na qual se caracteriza pela delimitação do período, tempo, lugar, e também por ser uma pesquisa de caráter descritivo, em que o pesquisador se preocupou com os significados que os participantes atribuem ao que se deseja pesquisar e compreender a partir dos dados coletados, é que nesta pesquisa foram envolvidos apenas dois professores e seis alunos participantes da pesquisa, em que esta foi realizada em uma instituição pública de ensino fundamental da cidade de Cajazeiras – PB, entre 04 e 15 de Maio de 2015.

Sendo assim, em virtude do número de turmas referentes aos anos iniciais do ensino fundamental, nas quais os alunos aptos a participarem teriam as habilidades necessárias de leitura e escrita para a compreensão dos instrumentos da pesquisa a serem aplicados, ao se tratar da coleta de dados e a quantidade de materiais a serem analisados que não poderia ser extenso, o período de tempo necessário ao desenvolvimento da pesquisa e análise do material coletado, é que se definiu o quantitativo de professores e alunos.

Portanto, conforme o instrumento de pesquisa elaborado e mediante aos estudos bibliográficos acerca do tema, foi definido que o quantitativo de participantes envolvidos seria ideal, visto que se trata de uma pesquisa qualitativa, em que serão analisados os dados obtidos através das respostas dos participantes, como também, trata-se de uma pesquisa exploratória.

Além disso, em virtude de que a escola pública localizada em Cajazeiras - PB se enquadra na perspectiva da pesquisa, visto que é uma escola que oferece os níveis de ensino nos quais são ideais para a efetivação da pesquisa a ser realizada, em virtude de que as crianças que participaram foram solicitadas a escrita. Neste sentido, o público alvo e o nível de ensino oferecido pela escola correspondem ao instrumento de pesquisa elaborado.

7.4 A análise dos dados

Sendo esta pesquisa caracterizada, de forma qualitativa que segundo Gonsalves (1985, p. 68), preocupa-se “com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado de que os outros dão a suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”. Desta forma os dados foram interpretados considerando o aporte teórico que fundamentam as práticas, buscando um posicionamento analítico diante dos dados coletados.

Segundo a natureza dos dados, foi realizada uma análise crítica e reflexiva, mediante as respostas dos participantes a partir de discussões e confrontos de dados com a teoria abordada sobre a construção da conduta moral da criança, pelos autores Vázquez, Bee, Lima, Meneses, entre outros.

8 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Durante a observação da prática docente e dos comportamentos dos discentes em sala de aula, foi observada, durante três, dias a turma do 4º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

Mediante os critérios de observação presentes no capítulo VI da metodologia deste trabalho, foi observada a postura da professora frente aos conflitos existentes em sala de aula. No entanto, durante os três dias não houve conflitos entre colegas e professor. Além disso, pode se verificar que houve o cumprimento da regra estabelecida em sala que é: não agredir ou brigar com os colegas e falar mal. No que concerne ao relacionamento professor e aluno, aluno e aluno, estes, se relacionavam harmoniosamente e respeitosamente.

No que concernem as regras e normas de conduta estabelecidas em sala, observou-se a existência de regras na sala de aula, em que as mesmas foram esclarecidas pela professora durante os dias de observação. Nas quais se destacaram:

- Não ir ao banheiro na hora da aula;
- Não conversar com o colega durante a aula, somente com permissão;
- Não brigar ou agredir o colega;
- Respeitar o professor e os colegas;
- Cumprir com as atividades;
- Respeitar o horário escolar trazendo os materiais necessários da aula;
- Usar de bons modos com o professor e os colegas;
- Respeitar a rotina e a sequência didática.

No entanto, é perceptível que existem regras estabelecidas em sala de aula, regras estas que são denominadas por Bee (2003) de normas convencionais, nas quais são criadas por um grupo, tendo como exemplo as normas de uma escola. O comportamento das crianças frente às regras e normas estabelecidas era de respeito.

No que concerne aos aspectos trabalhados sobre moral, através dos conteúdos, Foi observado em uma atividade que a professora realizou em sala. Tratava-se de um jogo matemático em que foram explicadas as regras do jogo: o jogo é quem consegue acertar a solução do maior número de problemas de multiplicações. Neste jogo a professora solicitou que cada aluno formasse duplas e

um aluno perguntava para o outro o problema, após responder, seriam colocados no caderno os pontos que cada um acertou. Neste jogo a regra era respeitar a vez de cada um, e no final o vencedor da sala obteria um ponto na média.

Todos se respeitaram, porém a professora classificou os melhores grupos e os parabenizou por serem estudiosos e comportados. Durante esta atividade a professora trabalhou com os alunos sobre aprender a esperar a vez do colega e também sobre o que é antiético. Foi através desta atividade que se pode constatar que a professora do 4º ano busca trabalhar os aspectos morais através dos conteúdos e não de abordagens específicas.

Ao entender que a moral se trata de um comportamento baseado em regras e normas, e também que está completamente ligada à ética, conforme afirma Vázquez (1999), observou-se que a professora compreende o que é moral conceitualmente, pois a mesma buscou trabalhar a moral através do jogo matemático, inserindo diante da situação os aspectos de bons modos e ética na sala de aula. No entanto, estes aspectos estão relacionados à moral, pois, os bons modos na sala de aula se tratavam de uma regra a ser cumprida, e esta, é entendida como uma maneira correta de agir.

As práticas pedagógicas realizadas pela professora do 4º ano são voltadas para a construção da conduta moral da criança, visto que, conforme Lepre (2006), a proposta de Piaget sobre o trabalho escolar voltado para a formação moral dos educandos, não se trata da inserção de uma disciplina ou matéria com essa finalidade, mas de um trabalho a partir das situações e vivências da sala de aula.

Quanto à observação realizada no 5º ano do ensino fundamental, durante os três dias, verificou-se que a postura da professora frente aos conflitos existentes em sala de aula é autoritativa,⁷ pois seu posicionamento diante destes buscava ouvir os alunos e puni-los conforme o comportamento e a atitude destes em sala de aula, porém, os alunos continuavam com os mesmos comportamentos.

A relação da professora para com os alunos é de respeito. Já a postura dos alunos é de desrespeito, para com a professora e as regras estabelecidas em sala,

⁷ Segundo Santrock (2010, p. 73) na educação autoritativa os pais procedem da seguinte forma: “encoraja as crianças a serem independentes, mas também impõe limites e controles sobre suas ações”, Desta maneira são crianças que tem como resultado desta educação [...] “a ser autoconfiantes, retardam recompensas, se relacionam bem com seus pares e demonstra elevada auto-estima”. Neste contexto, a professora do 5º ano imponha limites e ao mesmo tempo era carinhosa com os alunos, porém existia um fator negativo: os alunos não respeitavam as imposições estabelecidas.

na maior parte do tempo. Quando a professora solicitava as atividades à maioria dos alunos não fazia, e durante as explicações não davam atenção, os que não faziam, atrapalhavam os colegas que estavam fazendo as suas atividades, e jogavam bolinhas de papel uns nos outros.

Verificou-se durante os três dias que os aspectos morais no 5º ano não eram trabalhados através dos conteúdos, mas sim, através de abordagens específicas, em que a professora reservou um momento da aula para trabalhar os valores, como: o valor da vida, a importância do outro, a cooperação, a solidariedade e justiça, através de um filme, cujo nome é “Estou de férias”.

Desta forma, as práticas pedagógicas da professora do 5º ano também correspondem com a proposta de Piaget que segundo Lepre (2006), o trabalho voltado para a construção moral da criança não se trata da inserção de uma disciplina ou matéria específica, mas de situações vivenciadas em sala de aula que permitem o professor fazer essas abordagens.

Quanto às regras e normas estabelecidas pela professora em sala, alguns destes eram expressos através de cartazes na sala de aula, nos quais se destacam os bons modos: por favor, com licença, obrigado, desculpa. Também eram estabelecidas outras normas como: não agredir ou “chingar” o colega, respeitar os colegas e o professor, cumprir com as atividades, não conversar com o colega na hora da aula ou da explicação do conteúdo, não sair da sala ou ir ao banheiro sem permissão.

O comportamento dos alunos do 5º ano, frente às regras e normas estabelecidas era sempre de desrespeito, em que a maioria não cumpria com suas atividades, além disso, eram agressivos uns com os outros, conflituosos, se comportavam mal etc.

Foi observado durante os três dias, excesso de advertências e punições sobre o mau comportamento dos alunos com os colegas, no sentido de falarem mal, os alunos serem agressivos, subirem em cima das carteiras, excesso de “palavrões”, não cumprimento das atividades, conversas paralelas durante toda a aula e desobediência a professora e falta de respeito.

Verificou-se que a professora busca trabalhar a conduta moral dos alunos através de temas específicos sempre ao final das aulas, porém, é perceptível que os alunos são resistentes a assimilação das regras e normas estabelecidas em sala. No entanto, esta resistência talvez aponte para uma possível falta da participação da

família na educação moral destes alunos, quando expuseram que seus pais não participam da educação escolar e também em casa, pois os mesmos trabalham o dia todo.

Sendo assim, conclui-se sobre a observação da turma do 5º ano do ensino fundamental, que existe sim um trabalho voltado para a construção moral das crianças, no entanto, este é um aspecto que ainda está em processo de construção nos educandos, como bem afirma Lima (2011, p. 15) que “[...] a moralidade, o respeito mútuo e a cooperação não são inatos, mas construção social”.

Verificou-se ainda durante a observação por meio de diálogos com os alunos em alguns momentos, sobre suas famílias quando se indagou sobre a participação destes na educação deles e sobre o convívio dos pais, que os alunos do 5º ano, em sua maioria não recebem esta educação moral no seio familiar, mas somente na escola, sendo este aspecto um fator que dificulta mais ainda a mudança de comportamento dos alunos, e por esta razão ainda são resistentes a assimilação das regras e normas estabelecidas na escola.

Pode se observar que a turma do 5º ano é heterogênea em há um número significativo de alunos que não deveriam estar mais no ensino regular normal, mas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, estes mesmos alunos sofrem de problemas psicológicos e emocionais.

No que concerne a segunda parte da pesquisa de campo, em que foi realizada a coleta de dados através da aplicação de questionários aos professores. Foi realizada primeiramente com a professora do 4º ano, logo após com a professora do 5º ano. Quanto à questão: Se busca trabalhar a conduta moral da criança em sala de aula? Sim () Não (), a professora respondeu que: “sim”. (Professor A). A professora B, do 5º ano também respondeu, “Sim”.

Nesta perspectiva, mediante as respostas obtidas e a observação da prática docente das professoras em sala de aula, verificou-se que a prática docente realizada pelas docentes, realmente condiz com suas respostas e que pôde se constatar que as práticas pedagógicas realizadas, contribuem para a construção moral das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental.

Quanto à questão: Você considera importante trabalhar a construção da conduta moral da criança na sala de aula ou na escola? Se sim, qual a importância? A professora do 4º ano, respondeu que:

Sim, a educação precisa está direcionada a formar um cidadão consciente na sociedade em que vive, pois, existem filhos de famílias totalmente desestruturadas, destruídas que necessitam de um referencial e acredito que a escola pode ser este referencial e ensinar esses valores de convivências com os coleguinhas. (PROFESSORA A).

Enquanto que a professora do 5° ano, respondeu: “Sim. Construir a conduta moral do aluno é desenvolver valores e ética. Nossos alunos precisam de algo que sustente sua dignidade para ser um cidadão de bem. Isso faz parte da escola” (PROFESSOR B).

Através das respostas supracitadas pode se verificar que ambas as professoras compreendem o que é conduta moral, porém de formas distintas uma da outra em que a professora A se refere à moral como formar um cidadão consciente e ensinar valores. Enquanto que a professora B se refere à moral como ética e valores.

É relevante ressaltar que moral difere da ética, mas estão ligadas uma a outra, no sentido de que a moral é o objeto de estudo da ética. Logo, estas se relacionam entre si e são indissociáveis, pelo fato de que a ética é a teoria da moral, em que afirma Vázquez, “a ética tende a estudar um tipo de fenômeno que se verifica realmente na vida do homem como ser social e constituem o que chamamos de mundo moral [...]” (1999, p. 27).

Quanto à questão: Quais aspectos trabalhados em sala que contribuem para a construção da conduta moral da criança? A professora respondeu que: “Procuro mostrar aos alunos que se faz necessário que conheça algumas regras, tenha noção do bem e do mal, certo e errado, o exercício da cooperação, respeito mútuo com os colegas e ser autônomo” (Professor A). Enquanto que a professora do 5° ano respondeu: “Em todo cotidiano trabalhamos valores, ética e moral”. (Professor B).

Mediante as respostas das professoras, verificou-se que somente a professora do 4° ano, compreende como se da à construção da conduta moral da criança, visto que a mesma relatou em suas respostas os aspectos morais, e, além disso, outras implicações como as noções do bem e do mal do certo e do errado.

No entanto Meneses (2008, p. 4) afirma que “a vida moral tem como pressuposto que quem age moralmente sabe o que faz (até certo ponto pelo menos), o que pretende ao fazer se o que faz é bom ou mal se é lícito ou ilícito”. Nesta perspectiva, a resposta da professora do 4° ano condiz com o que os teóricos abordam sobre moral.

Quanto à questão: Como são trabalhados os aspectos morais, quais as metodologias utilizadas? A professora respondeu que:

Procuro fazer com que os alunos vivenciem o respeito, cooperação e sua autonomia, quando os alunos brigam na sala de aula, no recreio, é preciso fazer entender que é preciso saber respeitar, saber ouvir, ganhar e perder, compartilhar e assimilar os valores e viverem melhor. (PROFESSORA A).

Enquanto que a professora do 5° ano respondeu que: “os aspectos morais são trabalhados através de leituras direcionadas, reflexões, exposições e relatos diários”. (Professor B).

Mediante as respostas supracitadas, é perceptível, e mais uma vez se reafirma que somente a professora do 4° ano compreende como se dá a construção moral das crianças. Observa-se que suas metodologias condizem com as propostas de Piaget, quando a docente afirma que busca fazer com que eles vivenciem os aspectos morais. Segundo Lepre (2006), para Piaget o método mais efetivo para se trabalhar a educação moral é o ativo, em que educar uma criança moralmente é proporcionar a elas situações em que a criança possa vivenciar de fato a cooperação, a reciprocidade e o respeito mútuo, com o objetivo de que a mesma venha construir sua autonomia. Ou seja, o professor deve proporcionar aos alunos um ambiente de experiências concretas do que seja ser solidário, recíproco, através de um ambiente propício e atividades voltadas para esse fim.

Quanto à questão: são desenvolvidos projetos em sala de aula que visem o desenvolvimento de aspectos morais da criança ou que trabalhem com o objetivo de resgatar os valores morais, como respeito mútuo, solidariedade, etc. Quais são os projetos? A professora respondeu que: “A escola está com um projeto resgatando os valores, que ajuda aos alunos a se desenvolverem melhor como pessoas humanas, tanto na escola como fora dela” (Professor A). A professora do 5° ano respondeu que: “Sim. Dentro da escola trabalhamos valores e em sala de aula mensalmente escolhemos um valor específico e trabalhamos em cima disso, (do tema)” (Professor B).

Conforme a resposta das professoras acima se constatou, que a escola se preocupa com a formação moral de seus educandos, visto que foi observado como se dá este trabalho em sala de aula, como também pelo fato de que a própria escola possui um projeto voltado a esta finalidade.

No que concerne a terceira parte da pesquisa que é a aplicação dos questionários com os alunos, verificou-se através das respostas da primeira questão, em que solicitavam que os alunos analisassem as imagens como atitudes corretas ou erradas, que estes já desenvolveram a noção do certo e do errado. No entanto, se pode verificar como está sendo construída a moral das crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental.

As imagens presentes nas questões eram de atitudes erradas e corretas Como: a imagem de uma criança pensando em roubar o dinheiro que estava em cima da mesa enquanto que a outra pensava que não podia como segue na figura 2 a seguir:

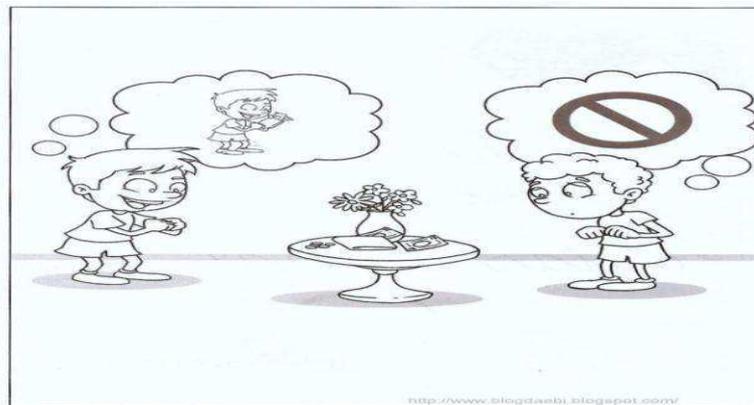


figura 2. Disponível em: <http://portal.do.professor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=206007>.

Ao compreender que todas as ações morais do indivíduo, estão sempre ligadas ao bem ou ao mal, isto, conforme a formação moral que cada indivíduo exerce sobre suas ações, como bem afirma Meneses (2008, p. 3) “a consciência moral é apreciação do valor moral dos atos que o sujeito pratica e a compreensão que o sujeito tem de si mesmo como ser que deve agir bem”.

Constatou-se que a moral das crianças esta sendo trabalhada, pois, verificou-se que elas já possuem consciência, refletindo sobre as imagens abordadas nas questões, e todos os participantes conseguiram distinguir nas imagens as atitudes certas e erradas. Portanto, as crianças já possuem a noção e a consciência de como agir bem e de forma correta na situação apresentada.

Ainda mediante as respostas da primeira questão dos alunos, em que se tratava da análise das imagens, se pôde identificar em que fase do desenvolvimento

moral estes se encontram. Apesar da diferença de idade entre os alunos do 4º e 5º ano, verificou-se em todas as respostas que a maioria soube refletir e analisar as imagens abordadas na questão.

Quanto à segunda questão, em que solicitava o posicionamento dos alunos frente à situação abordada, quatro participantes conseguiram atender as expectativas almeçadas referente à faixa etária da idade dos educandos, pois o esperado seria que todos conseguissem atingir a fase de desenvolvimento moral autônoma ou pós-convencional. Em que este é o terceiro nível do desenvolvimento moral.

Este nível corresponde ao da moralidade de princípios ou pós-convencional, assim denominado por Kohlberg, segundo Bee (2003), e neste nível a criança passa pelo 5º e 6º estágios. Enquanto que para Piaget, segundo Lima (2011) este nível corresponde ao 3º e 4º estágios em que a criança esta na faixa etária da idade entre sete e 12 anos; para Piaget, este se caracteriza pela compreensão que a criança passa a ter das regras. A partir desta compreensão, ela passa a aceitá-las desde que todos ao seu redor busquem cumprí-las também. No 4º estágio, a criança começa a organizar seus pensamentos, é aí onde surge a autonomia denominada por Piaget. A partir daí, elas se tornam autônomas dispostas à mudança, a partir do acordo de todos a sua volta, como também, busca interagir quanto às regras.

Enquanto que para Kohlberg, segundo Bee (2003), neste nível pós-convencional a criança passa pelos estágios: 5º em que se caracteriza pelo contrato ou utilidade social, e direitos individuais.

Neste estágio, a criança ou adulto atinge o nível da moralidade cognitivamente bem elaborada, suas ações se baseiam em fazer o bem ao número maior, as leis devem ser seguidas para que a ordem social se mantenha harmoniosa. Elas compreendem que são modificáveis e os valores são relativos de acordo com o grupo, mas, além disso, ainda há falhas na valorização de determinados valores como a importância da vida e da liberdade de cada pessoa.

Tendo como fundamentos as duas perspectivas de Piaget e Kohlberg sobre o desenvolvimento moral da criança, verificou-se nas respostas de duas crianças que não houve uma capacidade reflexiva bem elaborada sobre a situação. Quando a mesma respondeu sobre a situação a seguir: Aluisio quebrou dez copos sem intenção, mas, Marcos quebrou um com intenção. Quem errou mais? O aluno respondeu: “foi o Aluísio” (aluno x).

Neste sentido, é perceptível que o aluno levou em conta, apenas, a quantidade de copos quebrados e não a intenção do ato cometido. Em outra situação que segue: João bateu em Silas porque ele pegou seu lápis sem permissão, como o professor deve agir diante da situação? O aluno respondeu: “O professor deve deixar ele de castigo pra pensar no que ele fez”. (aluno C).

Mediante a resposta do aluno, percebe-se que o mesmo não considerou que os dois desobedeceram às regras estabelecidas que são: não bater nos colegas e não pegar o material do colega sem permissão. Desta forma, considerou apenas o ato em si os julgando como errado e por isso deveriam ser punidos.

Contudo, mediante as respostas supracitadas, foi possível identificar que ambos os alunos se encontram numa transição do 4º estágio, na fase convencional, para autônoma. Segundo Bee (2003), para Kohlberg a fase convencional se caracteriza como sistemas de consciência sociais.

Neste estágio, a criança considera que as ações morais, são definidas por grupos morais mais amplos ou pela sociedade em geral. Desta forma, todas as regras e leis impostas, devem ser seguidas por todos, a não ser em casos mais complexos.

Por esta razão, o aluno entende que quando não há o cumprimento efetivo das regras estabelecidas, logo, estes atos devem ser punidos, no entanto não consegue refletir bem sobre as ações. Logo, vê as regras como imposições morais que devem ser seguidas “a risca”, e não é modificável, caso contrário deve haver punição, não existe possibilidade de diálogo, pois a criança ainda é egocêntrica e individualista, não consegue se colocar no lugar do outro.

No entanto, a maioria dos participantes conseguiu atingir as expectativas almeçadas referentes à fase de desenvolvimento moral, autônomo ou pós-convencional. Quando foi analisada a situação a seguir: Aluísio quebrou dez copos sem intenção, mas Marcos quebrou um com intenção. Quem errou mais? O aluno respondeu: “Marcos porque foi com intenção, e Aluisio foi um acidente”. (Aluno A)

Quanto à outra situação que segue: Pedro viu seu amigo Bruno com o pé machucado e ao se encontrarem Bruno pediu para Pedro lhe ajudar a chegar a casa dele, pois não estava conseguindo andar direito, mas Pedro disse: não posso! Estou indo na casa de Alef, pois já tinha combinado de ir brincar com ele as 15h00min da tarde. O aluno respondeu: “Pedro devia ajudar seu amigo a andar e explicar a Alef que se atrasou porque ajudou a Pedro”. (Aluno B)

Verificou-se a partir das respostas acima, que os alunos se encontram na fase da autonomia moral ou pós - convencional. Na fase da autonomia, segundo Lima (2011), a criança está na faixa etária de sete a doze anos. Nesta fase a criança passa por dois estágios de acordo com Piaget que é o 3º e 4º. Para ele, este se caracteriza pela compreensão que a criança passa a ter das regras.

No 4º estágio, a criança começa a organizar seus pensamentos, é aí onde surge a autonomia denominada por Piaget. Segundo Bee (2003), para Kohlberg se encontram, no 5º estágio do nível pós-convencional, em que este é caracterizado pelo nível da moralidade cognitivamente bem elaborada, suas ações se baseiam em fazer o bem ao número maior, às leis devem ser seguidas para que a ordem social se mantenha harmoniosa, embora, elas compreendam que são modificáveis e os valores são relativos. Ou seja, é neste estágio que a criança alcança um determinado grau de reflexão e muito bem elaborado.

No que concerne a última parte da pesquisa de campo, que é a observação do comportamento dos alunos frente às regras e normas do jogo interativo, a “amarelinha”. Observou-se que os alunos durante a brincadeira mantiveram um bom comportamento, no entanto foram esclarecidas as regras da brincadeira para ser iniciado o jogo.

Ao ser esclarecido sobre as regras, a maioria dos participantes respeitou, porém, em alguns momentos, uns queriam “trapassar” a vez do outro gerando um pouco de conflitos entre eles. Nesta situação foi descumprida uma regra, em que cada participante da brincadeira ao jogar a pedrinha, e esta caindo fora da linha traçada, perdia a vez e então seria a vez do outro participar. Foi neste momento, que alguns dos alunos queriam continuar a jogar não cedendo ou respeitando a vez do outro, descumprindo assim uma regra do jogo. De maneira geral, verificou-se durante a brincadeira respeito aos colegas, visto que 3 participantes eram do 4º ano e 3 do 5º ano, além disso, eram de faixas etárias de idades diferentes.

Foi perceptível que os alunos estão em processo de formação moral, ou seja, estão construindo a conduta moral. Entretanto, é importante considerar também que dois dos participantes se encontram na fase convencional, enquanto que 4 participantes estão na fase autônoma.

Neste caso, as regras deveriam ser cumpridas por todos, quando um não cumpria gerava conflitos e discussões entre eles, pois, na fase em que é denominada de heterônoma, ou seja, convencional segundo Lima (2011), a criança

não questiona as regras, porém o respeito deve ser unilateral, ou seja, de todos. Eis a razão pela qual em alguns momentos da brincadeira uns não queriam respeitar a vez do outro e quando isso os acontecia, logo começavam a discutir.

9 CONCLUSÃO

O estudo acerca das influências das práticas pedagógicas na construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental pode contribuir com a prática docente, no sentido de um melhoramento e aprimoramento das práticas pedagógicas. Contribui também, com a formação do sujeito autônomo, como também abre possibilidades de reflexões acerca de uma prática educativa que vise à construção da conduta moral da criança, como por exemplo, a questionar: que tipo de sujeito a escola pretende formar?

Este trabalho possibilita aos profissionais da educação refletirem sobre a importância de reconhecer a escola não apenas como espaço em que se constrói o conhecimento científico, mas que também é educativo e que possui uma função social, em se tratando de um sentido humanístico de educação, ou seja, que contribui com a formação do sujeito autônomo moralmente falando, além disso, refletir sobre os aspectos que norteiam a construção da conduta moral da criança no âmbito escolar.

No que concerne aos objetivos propostos neste trabalho, e com base na análise dos dados coletados, foi possível constatar que as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, apresentam influências relevantes e positivas, visto que são práticas pedagógicas voltadas para a formação moral dos educandos, e estas contribuem significativamente para a mudança de comportamento destes alunos.

Constatou-se que a construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental, acontece mediante as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sala de aula, projetos desenvolvidos na escola tendo em vista este objetivo, como também, situações e experiências de sala de aula.

Como exemplo disso, durante o período de observação da prática docente de ambos os professores, observou-se que os mesmos trabalharam aspectos da conduta moral como os valores, em que através de um jogo matemático a professora do 4º ano articulou alguns aspectos morais, como: saber esperar a vez do outro, ter tolerância, e também abordou nesta atividade sobre o que é antiético.

Também foi trabalhada a construção da conduta moral pela professora do 5º ano, através de abordagens específicas quando foi reservado um momento da aula

para trabalhar a cooperação, a justiça, o valor da vida, e a solidariedade através do filme “Estou de férias”.

Desta maneira, foi possível identificar nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala pelas professoras, aspectos relacionados à conduta moral, como: a cooperação, a justiça, o valor da vida, os bons modos, a tolerância, a solidariedade e etc.

Durante a segunda parte da pesquisa de campo que foi a aplicação dos questionários aos professores, mediante as respostas, foi possível verificar como os professores dos anos iniciais do ensino fundamental compreendem a construção da conduta moral da criança em que os mesmos citam a importância, e o que é moral nas suas respostas.

Quanto à pesquisa com os alunos foi possível identificar mediante as respostas dos mesmos, em que fase do desenvolvimento moral a maioria se encontra, e que estas já possuem um grau de cognição e reflexão bem desenvolvidos, portanto a maioria se encontra na fase autônoma, como podemos ver na análise dos dados.

A realização da pesquisa possibilitou também, constatar que a maioria dos alunos nos quais participaram da pesquisa não recebe uma educação moral no seio familiar em virtude da ausência dos pais e participação destes, tanto em casa quanto na escola, na educação dos filhos.

Foi através do próprio comportamento dos alunos e diálogo com eles durante a pesquisa, em que foram questionados sobre a vida dos mesmos no seio familiar, sobre a participação dos pais, o que os pais ensinavam. Desta maneira, foi então perceptível que os pais dos alunos não passam essa educação moral em casa, devido em sua maioria trabalharem na maior parte do dia.

Foi possível verificar durante toda a realização da pesquisa através dos questionários e observações que houve uma resistência dos alunos do 5º ano em manter um comportamento contrário ao que os autores abordam sobre a conduta moral. E esta, é oriunda da desestrutura familiar dos mesmos, entretanto a turma é heterogênea no sentido de que há alunos de faixas etárias de idade muito diferenciadas em que os mesmos deveriam estar cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não o ensino regular normal. Com isto estes alunos influenciam negativamente no comportamento dos demais.

Além disso, o desempenho que os alunos do 5º ano tiveram nas respostas não foi o esperado, ou seja, desejável, ao se considerar a faixa etária da idade, visto que apenas um está na fase de desenvolvimento moral esperada que é a autonomia e dois na heteronomia. Enquanto que a turma do 4º ano é homogênea em que todos os alunos são da mesma idade e também são alunos de um padrão de vida melhor, no sentido de uma organização familiar.

Portanto, estes alunos durante a realização da pesquisa demonstraram um comportamento melhor e se desempenharam melhor nas respostas sendo estes mais reflexivos. Constatou-se então, que todos os participantes do 4º ano estão na fase de desenvolvimento moral autônoma, sendo este um resultado esperado para a turma do 5º ano e não para o 4º ano. Percebe-se que a turma do 4º ano está melhor desenvolvida e mais avançada que o 5º ano.

Desta maneira, é importante considerar os aspectos que permeiam o meio em que o aluno vive, visto que estes são influenciadores dos resultados analisados, bem como da moral construída por eles.

Verificou-se tanto na pesquisa com os professores, quanto na observação da prática docente, mediante as respostas, que a escola é, pois, parceira na educação destas crianças, bem como, possui a visão de que a construção da conduta moral dos educandos é um aspecto relevante, tanto para a pessoa humana, quanto para a sociedade e o futuro desta.

No que concerne aos estudos bibliográficos sobre o tema, conclui-se que a construção da conduta moral da criança se dá a partir da socialização e interação com seu próximo dentro da família e na sociedade, no entanto, conforme Lima, (2011), na visão de Piaget a moralidade vai se constituindo a partir da autoridade em que os adultos e os mais velhos exercem sobre a criança, por meio de normas e regras sobre as mesmas. Estas regras são denominadas por BEE (2003), convencionais e morais.

Contudo, Piaget diz, através dos estudos acerca das fases de desenvolvimento moral, que este processo de construção da moralidade, acompanha o desenvolvimento cognitivo da criança, pois, é por meio deste desenvolvimento da capacidade de raciocínio, que a criança começa a entender as regras sociais existentes e passa a aceitá-las, como também atinge sua autonomia por meio da reflexão destas regras.

Possibilitou ainda refletir que é relevante a escola trabalhar este aspecto, pois a escola em alguns casos é o único espaço em que as crianças recebem uma educação moral. Como no caso dos alunos do 5º ano, em que observou-se durante a realização da pesquisa, que a maioria das crianças vem recebendo uma formação moral apenas na escola, espaço este vivenciado por elas desde cedo, sendo então, crianças desapoizadas educacionalmente pela família. Sendo assim, a formação e qualificação profissional do professor, assim como, dos demais integrantes da escola são fundamentais, pois terá estes profissionais subsídios para propiciar a criança esta construção moral.

Desta forma, estes estudos apresentam grandes contribuições à formação do professor enquanto educador, ao esclarecer sobre o papel da escola frente a este aspecto. Através da pesquisa de campo e dos estudos sobre as influências das práticas pedagógicas para a construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitou alcançar os objetivos almejados de investigar como as práticas pedagógicas contribuem para esta formação moral da criança, compreender através da observação como acontece construção da conduta moral da criança nos anos iniciais do ensino fundamental, em que: identificou-se que nas atividades realizadas em sala foram trabalhados os aspectos morais, verificou-se a forma como os professores compreendem a construção da conduta moral da criança e possibilitou identificar as fases desenvolvimento moral em que as crianças se encontram.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen. Fazendo julgamentos morais. In. **A criança em desenvolvimento**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Varonese.- 9.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/ SEF, 1997. 146p.

CALDAS, Aulete. **Minidicionário contemporâneo de língua portuguesa**. [organizador Paulo Geiger]. – 3º Ed. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. S/D. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>. Acesso em: 08/10/2015.

FECAP, Biblioteca Paulo Ernesto Tolle. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos de acordo com as normas da ABNT**. Vania Picanço choi – Coordenadora, Andreia de Almeida – Bibliotecária. 4ª Ed. Revisada e Ampliada. 2014. Disponível em: <http://biblioteca.fecap.br/wp-content/uploads/2015/03/Manual-ABNT-2015-novo-pro-reitor.pdf>. Acesso em: 13/11/2015.

GALVÃO, Lilian kelly de Sousa. **DESENVOLVIMENTO MORAL E EMPATIA**: medidas, correlatos e intervenções educacionais. Tese, 2010 (Doutorado). Universidade federal da Paraíba- UFPB. - João Pessoa. Disponível em: http://btd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1086. Acesso em: 30/07/2014

GASPAR, Lúcia. **Jogos e brincadeiras Infantis Populares**. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=372&Itemid=189. Acesso em: 04-03-2015.

GONSALVES, Eliza Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**/ Elisa pereira Gonçalves. – 3. Ed. – campinas, SP: Editora Alínea, 2003, 80 p.

IMAGENS boas maneiras disponíveis em: <http://marisca-ramos.blogspot.com.br/2012/02/projetos-boas-maneiras.html>. Acesso em: 20/11/2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA: teoria e prática.** 5º Ed. Editora Alternativa. 2004.

LEPRE, Rita Melissa. **A educação moral e a construção da autonomia/** Rita Melissa Lepre. 2006. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br>. Acesso em: 06/07/2014.

LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. **A psicologia moral na obra de Jean Piaget/** Vanessa Aparecida Alves de Lima/2011. Disponível em: <HTTP://www.periodicos.unir.br/index.php/cegra>. Acesso: 06/07/2014.

LONGHI, Simone Raquel Pagel. & BENTO, Karla Lucia. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: uma construção coletiva.** In. Revista de divulgação Técnico-científica do ICPG. Vol. 3 n. 9 - jul.-dez./2006. ISSN 1807-2836.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **PESQUISA EDUCACIONAL: o prazer de conhecer/**Kelma Socorro Lopes de Matos, Sofia Lerche vieira. – 2. Ed. Ver. E. atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MENESES, Ramiro Délio Borges. **A conduta e o sujeito moral: pelos motivos e fundamentos/** Ramiro Délio Borges de Meneses. 2008. Disponível em: http://www.eleutheria.ufm.edu/ArticulosPDF/080326_borges_de_Meneses.pdf. Acesso: 02/07/2014.

MORRA, Giafranco. **Filosofia para todos.** [tradução Mauricio Pagotto Marsola]. – São Paulo: Paulus, 2001. – (Filosofia).

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 3. Ed. Revista e ampliada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIAGET, Jean, 1896. – **Para onde vai a educação?.** Tradução de Ivete Braga, 4ª Ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1976. 96p. 21cm.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil. **PNE- Plano Nacional da Educação.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

SANDESKI, Vicente Estevão. **Humanismo – Uma concepção ética da educação na contemporaneidade.** 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/008e2.pdf>. Acesso em: 28/05/2015.

SANTROCK, Jhon W. **Psicologia Educacional.** Tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Taís Silva Monteiro Ganeio; Revisão técnica: Paula Suzana Gioia, Sandro Almeida. – 3ª Ed. – dados eletrônicos.- Porto Alegre: AMGH. 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** Tradução de João Dell' Anna - Civilização Brasileira. 19º Ed. Rio de Janeiro- 1999.

APÊNDICES

1º MOMENTO DA PESQUISA:

ASPECTOS DE OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE E DO COMPORTAMENTO DOS DISCENTES:

- Postura do professor diante de conflitos em sala;
- Aspectos trabalhados relacionados a construção da conduta moral da criança em sala através dos conteúdos;
- Abordagens específicas que colaboram ou contribuem para a construção da conduta moral da criança, ex: tempo da aula reservado para trabalhar: o respeito as regras e ao próximo, cooperação, solidariedade, valorização do próximo, os relacionamentos interpessoais, cidadania, coletividade, justiça;
- Regras e normas de conduta estabelecidas em sala;
- Comportamento das crianças frente as normas e regras de conduta estabelecidas em sala;
- Relacionamento aluno/aluno, aluno e professor.

2º MOMENTO DA PESQUISA:

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E REALIZAÇÃO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES

Questionário para os professores

Se busca trabalhar a conduta moral da criança em sala de aula?

Sim () Não ()

Você considera importante trabalhar a construção da conduta moral da criança na sala de aula ou na escola? Se sim, qual a importância?

Quais aspectos trabalhados em sala que contribuem para a construção da conduta moral da criança?

Como são trabalhados os aspectos morais, quais as metodologias utilizadas?

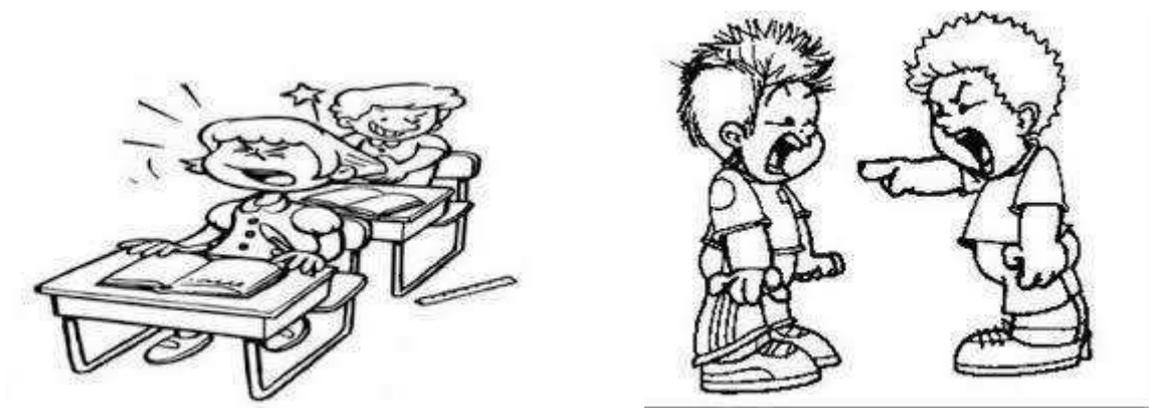
São desenvolvidos projetos em sala de aula que visem o desenvolvimento de aspectos morais da criança ou que trabalhem com o objetivo de resgatar os valores morais, como respeito mútuo, solidariedade, etc. Quais são os projetos?

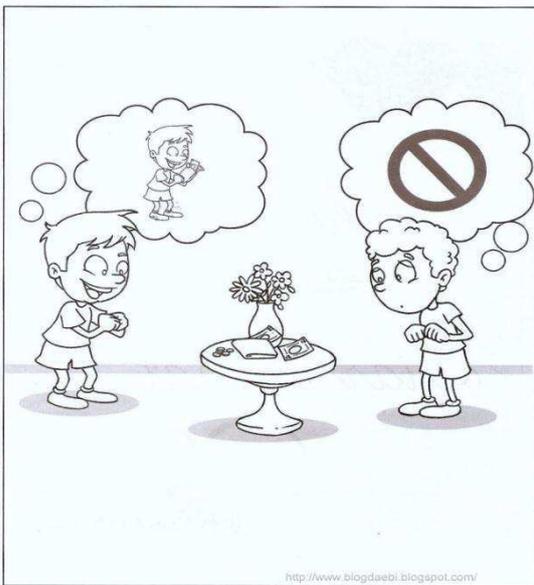
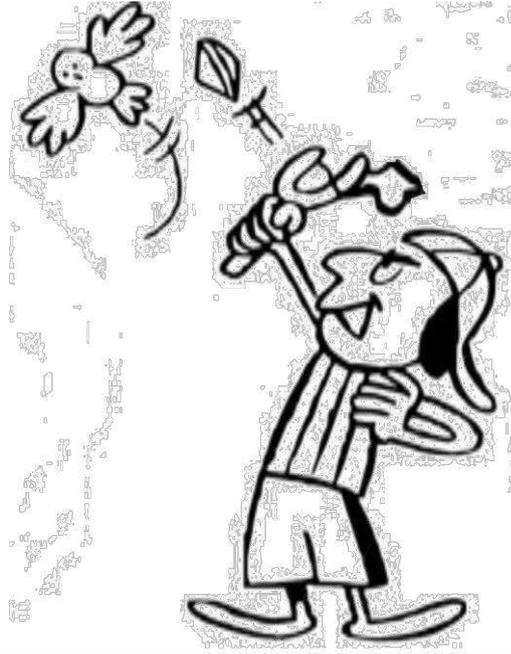
3º MOMENTO DA PESQUISA:

INTERVENÇÃO, PESQUISA COM OS ALUNOS.

1º ATIVIDADE:

Marque um c na imagem que você considera uma atitude correta ou certa e E para as atitudes que você considera erradas:







2. Justifique as frases como atitude boa ou ruim (má), atitude correta (certa) ou errada e diga por que, e como você agiria diante da situação:

- a) João bateu em Silas porque ele pegou seu lápis sem permissão, como o professor deve agir diante da situação;
- b) Aline ajudou a sua irmã Sara resolver o dever de casa e combinou com Sara que ela iria ajudar também com o seu dever de casa para retribuir sua ajuda, mas quando chegou o momento de Sara ajudá-la ela não cumpriu com o combinado e a ignorou. Se Aline não resolvesse seu dever de casa iria ser punida pela professora, pois era responsabilidade dela. Neste caso, como a professora deve agir sobre a situação de Aline que não sabia resolver seu dever de casa e sua irmã não a ajudou?
- c) Pedro viu seu amigo Bruno com o pé machucado e ao se encontrarem Bruno pediu para Pedro lhe ajudar a chegar a casa dele, pois não estava conseguindo andar direito, mas Pedro disse: não posso! Estou indo na casa de Alef, pois já tinha combinado de ir brincar com ele as 15h00min da tarde.
- d) Aluisio quebrou dez copos sem intenção, mas Marcos quebrou um com intenção. Quem errou mais?

2º ATIVIDADE- JOGO INTERATIVO:

Brincadeira da amarelinha

“Nesse jogo pode participar qualquer número de crianças. Risca-se no chão, com carvão, giz, ou se for na areia, com um pedaço de pau ou telha, uma figura que parece um boneco com uma perna só, de braços abertos, ou um avião, como também é conhecido em algumas partes do Brasil. As quadras da academia terminam com o céu (um círculo). São mais sete casas numeradas. A criança que gritar antes a palavra PRIMEIRA inicia o jogo e a ordem de quem vai jogar vai sendo gritada pelas outras crianças, sucessivamente. A brincadeira consiste em jogar uma pedra na primeira casa e ir pulando com um pé só e com as mãos na cintura todo o desenho, indo e voltando, evitando-se pisar na casa onde está a pedra e pegando-a na volta. Joga-se a pedra na segunda casa e assim sucessivamente até o céu (círculo). A pedra jogada tem que parar dentro do espaço delimitado de cada quadra ou casa. Ganha o jogo quem conseguir chegar ao céu, sem errar, ou seja colocando a pedra no local correto, em todas as casas, fazendo todo o trajeto sem colocar os dois pés ou pisar na linha do desenho. Pode-se também fazer todo o trajeto sem jogar a pedra, levando-a em cima do peito de um dos pés ou de uma das mãos, sem deixá-la cair. Quem errar espera a próxima jogada e recomeça de onde parou. Há ainda uma outra etapa, onde se joga a pedra de costas e se acertar uma casa, passa a ser seu proprietário. Ali, nenhum dos adversários poderá mais pisar. Ganha quem tiver o maior número de “casas próprias”. (GASPAR, s/d).